



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 144

SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER N.º 165, DE 1981 (CN)

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 100, de 1981-CN (n.º 304/81, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de julho de 1981, que "dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Passos Pôrto

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de julho de 1981, que dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Extraordinário para a Desburocratização, que afirmam:

"Em cumprimento às diretrizes do Programa Nacional de Desburocratização, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de Decreto-lei que: a) dispensa os titulares do domínio útil dos bens imóveis do patrimônio da União do pagamento de foros de pequeno valor; b) isenta de laudêmios as transferências desses bens aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e funções, compreendidas no seu âmbito administrativo, assim como as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando, com relação a estas, destinadas à realização de programas habitacionais; c) isenta, igualmente, do pagamento de laudêmio a transferência do domínio útil feita por qualquer das entidades acima referidas, quando vinculada a programas habitacionais de interesse social.

Por coerência, o parágrafo único do art. 2.º do projeto estende a isenção aos foros, quando o domínio útil dos imóveis for transferido às entidades mencionadas e enquanto permanecerem em seu patrimônio.

O parâmetro para definir o interesse social, a que se refere o art. 3.º do projeto, é dado pelo valor de venda da unidade habitacional, que não poderá ser superior ao valor de 1.350 (mil trezentos e cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

O foro, por sua natureza jurídica, é imutável e perpétuo, insuscetível, portanto, de atualização. Ao cabo de alguns anos, a depreciação da moeda torna o foro, na grande maioria das vezes, insignificante e de valor apenas simbólico. Tanto assim que dos imóveis da União sujeitos ao regime de aforamento — aproximadamente 42.000 uni-

dades — apenas 2% dos respectivos foros são de valor superior a cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), e cerca de 3.000 unidades pagam apenas Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) por um ano. É óbvio, portanto, que, nesses casos, o custo administrativo da cobrança excede o valor arrecadado. Além de onerosa para a Administração, a cobrança de montantes tão irrisórios constitui transtorno desnecessário para os titulares do domínio útil dos imóveis da União.

De acordo com o art. 1.º do Decreto-lei ora proposto, não mais serão cobrados foros de valor igual ou inferior (ORTN). Apesar de a medida abranger 98% dos imóveis a cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional aforados, a perda de receita para a União será inexpressiva, vez que os remanescentes 2% respondem por dois terços do total de foros arrecadados.

A isenção do laudêmio nas transferências feitas a unidades federativas justifica-se amplamente, dado o irreversível interesse público de que se revestem.

De outra parte, sempre procurando facilitar aos adquirentes de baixa renda o acesso ao imóvel próprio, o projeto estabelece, também, a isenção do laudêmio sobre os imóveis transferidos às empresas públicas e sociedades de economia mista, quando destinadas a programas habitacionais, bem assim, a isenção dos foros, enquanto os imóveis permanecerem no patrimônio dessas entidades, de forma a propiciar menor custo quando da alienação ao comprador de unidade residencial."

Cuida o diploma legal sob exame de atender generalizada aspiração das autoridades municipais e estaduais que buscam aumentar as ofertas de habitação para populações de baixa renda.

São assim eliminados entraves burocráticos para normalizar a titularidade dos bens imóveis da União Federal.

Trata-se de providência de amplo alcance social, pois afasta inúmeras dificuldades que vinham obstando à implantação de programas habitacionais em diversos Estados brasileiros.

ISENTANDO o laudêmio objetivou o Decreto-lei eliminar considerável obstáculo à regularização fundiária dos imóveis referidos.

Justificou-se a expedição da norma pela via do Decreto-lei por ser matéria financeira, revestida de caráter urgente para agilizar as políticas públicas voltadas ao setor habitacional.

É um importante passo dado para a desburocratização das transferências e utilização de imóveis da União, no sentido da construção de conjuntos habitacionais de interesse social.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de julho de 1981, na forma do seguinte

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 2.000,00
Ano	Cr\$ 4.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 3.500 exemplares

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 57, DE 1981 (CN)

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.876, de julho de 1981, que "dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de julho de 1981, que "dispensa do pagamento de foros e

laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1981. — Deputado Walter Silva, Presidente — Senador Passos Pôrto, Relator — Senador Gabriel Hermes — Senador Aloysio Chaves — Deputado Paulo Guerra — Senador Jutahy Magalhães — Deputado Athiê Coury — Deputado Nilson Gibson — Deputado Josias Leite — Deputado Adriano Valente — Senador José Fragelli — Senador Valdon Varjão — Deputado Ronan Tito — Deputado Jairo Magalhães.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 298.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Reassunção do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Concessão, pelo Clube dos Diretores Lojistas de Belém, do título de "Lojista do Ano 81", ao Sr. Jayme Pontes.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Acerto da política creditícia adotada pelo Governo, de apoio à pequena e média empresas.

DEPUTADO AUDALIO DANTAS — Atuação desenvolvida pelo Deputado Ulysses Guimarães à frente do PMDB.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — XIII Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, recentemente realizada na cidade de Fortaleza-CE.

DEPUTADO EDSON KHAIR — Solidariedade ao Deputado Audálio Dantas, pelo discurso proferido na presente sessão.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Considerações sobre a demissão de funcionários do SESI no Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO WALTER SILVA — Apoio ao discurso proferido na presente sessão pelo Deputado Audálio Dantas. Inobservância do cumprimento da chamada Lei da Anistia.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Retorno do Presidente João Figueiredo à Presidência da República.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Sugestões recebidas do Dr. Jofre Teixeira com vistas à simplificação das eleições de 1982.

DEPUTADO HORACIO ORTIZ — Concessão ao agrônomo José Gomes da Silva da lâurea de "Engenheiro Agrônomo do Ano", conferida pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo. Observações sobre o Projeto de Lei n.º 26/81-CN, que dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, e dá outras providências.

DEPUTADO DJALMA BESSA — Retorno do Presidente João Figueiredo ao exercício do mandato de Presidente da República.

DEPUTADO HÉLIO GARCIA — Necrológio do Sr. Geraldo Dias.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 39/81, que introduz alterações ao artigo 176 da Constituição, dispondo sobre provimento e ascensão aos cargos de carreira do magistério. Discussão encerrada, ficando adiada a votação por falta de "quorum".

1.4 — ENCERRAMENTO.

2. — ATA DA 299.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Aproveitamento da bacia hidrográfica brasileira no combate à seca e, em especial, no Nordeste.

DEPUTADO WALTER SILVA — Transcurso do 26º ano dos acontecimentos ocorridos a 11 de novembro de 1955.

DEPUTADOS DEL BOSCO AMARAL e ALUIZIO BEZERRA — Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Irregularidades que estariam ocorrendo na Prefeitura Municipal de Ouro Preto D'Oeste — RO.

DEPUTADOS JORGE UEQUED e JACKSON BARRETO — Necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, que institui a representação política no Distrito Federal.

DEPUTADO FELIPPE PENNA — Greve dos professores universitários.

DEPUTADOS EDSON KHAIR, ADHEMAR SANTILLO, MAURICIO FRUET, ALDO FAGUNDES e JOÃO HERCULINO — Manifestações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 38/81, que altera dispositivos da Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal. Votação adiada por falta de "quorum" para o prosseguimento da sessão, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. Congressistas Alceu Collares, Elquiçôn Soares, João Menezes, Jorge Cury, Djalma Bessa e Lázaro Barboza.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO**3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

— Do Sr. Deputado Del Bosco Amaral, pronunciado na sessão de 11-11-81.

ATA DA 298.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981**3.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. LENOIR VARGAS**

AS 11:00 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Aloysis Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canellas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Saldanha Derzi — José Richa — Leite Chaves — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Teófilo Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Morais — PP; Cesário Barreto — PDS; Cláudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Irônildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Ying Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alyano Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octávio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquiçôn Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hildérico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodoro Ferrão — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felippe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Mário Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Mário Macêdo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Darío Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB;

Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemberg Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Silvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Russo — PMDB; Antonio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marçilio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantidio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maitoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; Maluhy Netto — PDS; Mario Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octávio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Côdo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Lourenço Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiro — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB;

Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 394 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JOFRE ARBAGE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Faz pouco mais de sessenta minutos, em solenidade discreta, mas marcada por alta significação histórica, o Presidente João Figueiredo reassumiu o elevado cargo de Supremo Mandatário da Nação.

Por mercê de Deus, que se mostrou flexível aos anseios de todos os brasileiros, o Presidente Figueiredo volta a comandar os destinos do País, após um período de ausência que hoje completa exatamente 53 dias.

Graças ao esforço e pertinácia do Chefe da Nação, no sentido de promover o ordenamento jurídico-institucional em consonância com o projeto de abertura política inaugurado sob os auspícios do seu Governo, a enfermidade que o impediu temporariamente de permanecer no exercício do cargo não alterou o ritmo administrativo de rotina, porque o seu sucessor, Vice-Presidente Aureliano Chaves, além do notável espírito de lealdade e discernimento na maneira com que se comportou no itinerário da missão que lhe impôs a Constituição, soube conservar a posição retilínea do Magistrado, que é sem dúvida o legado exemplar e imutável que vem marcando a conduta do Presidente Figueiredo nestes quase três anos de vida pública à frente dos sagrados destinos da Nação.

Por feliz coincidência, que só a história oportunamente explicará, o Presidente Figueiredo se reinveste do cargo Presidencial na mesma data em que seu saudoso pai, General Euclides Figueiredo, se vivo fosse, estaria completando a idade proyectada de 98 anos.

É certo, Sr. Presidente, que no ato da posse, às dez horas da manhã de hoje, o Presidente da República tenha sentido no íntimo do coração a forte emoção de lembrar a figura singular do pai, e mais do que isto, a do imbatível soldado da democracia em cujo exemplo se inspirou para jurar solememente o propósito de transformar este magnífico País no paradigma da liberdade e dos direitos do homem.

Por tal motivo, a data de hoje transcende a da simples posse de um Presidente que retorna ao poder depois de ligeira fase de afastamento por motivo de saúde e se transforma, especialmente para o General Figueiredo, num episódio de alta significação, de cuja essência lhe permita colher as reflexões necessárias para o continuísmo da árdua tarefa que se propõe, sem ignorar, certamente, que dura será a caminhada e tantos os obstáculos, obrigando-o a redobrar o esforço que tem sido o cerne de todo o sucesso até agora atingido.

Vice-Líder do PDS e do Governo no Congresso Nacional, alegra-me e congratulo-me com o retorno do Presidente Figueiredo ao posto de titular da Presidência da República, ao mesmo tempo em que exalto a conduta, correta e leal, do Vice-Presidente Aureliano Chaves, durante todo o período da interinidade em que sucedeu o Mandatário Supremo da Nação.

E sente-se esse regozijo admirável como uma manifestação unânime de todos os brasileiros. E este seria o momento mais propício para promovermos a unidade do nosso Partido, e mostrá-lo, aos olhos da Nação, como símbolo de força e disciplina nesta hora difícil da vida nacional.

O Presidente, decerto, espera encontrar o PDS predisposto a ajudá-lo no prosseguimento da luta pela consolidação do estado democrático. Isto, segundo entendemos, só se tornará possível mantendo a estabilidade político-parlamentar em torno do Governo, sem os percalços das dissensões que eventualmente têm fragmentado nossas forças e submetido o Partido aos vexames de insucessos esdrúxulos e desnecessários.

Concluo, Sr. Presidente. Com preces aos Céus, que ergo desta tribuna, peço a Deus que proteja o trabalho e a ação do Presidente

Figueiredo é o ajude a cumprir o juramento de transformar este País numa democracia.

Por fim, me permito rogar a generosa deferência dessa Presidência, no sentido de transcrever, em seguimento a este pronunciamento, o editorial da lavra do jornalista Marcone Formiga, hoje publicado no *Correio Braziliense*, que tem como título "Homenagem a Euclides".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE ARBAGE EM SEU DISCURSO:

HOMENAGEM A EUCLIDES MARCONE FORMIGA

Em uma próxima edição da encyclopédia Delta Larouse o verbete Figueiredo, Euclides certamente que terá acrescentadas mais algumas linhas nas 23 atuais. É que a ele deverá ser creditado, em vida, uma permanente luta pela democratização — que contribuiu para que fosse atingida, mesmo depois de morto.

Hoje, quando for reempossado na Presidência da República — justamente na data em que, se estivesse vivo, o general Euclides completaria 98 anos — seu filho, o também general João Figueiredo, vai reafirmar, com toda convicção, o juramento que fez em tornar possível no Brasil aquilo pelo qual seu pai sempre lutou: a democracia.

E foi justamente para marcar os ideais democráticos herdados do pai que o Presidente Figueiredo resolveu antecipar para hoje seu regresso ao Palácio do Planalto. Diante dos auxiliares, daqueles que integram a equipe governamental — e muito provavelmente dos familiares, testemunhas dessa influência — ele, mais uma vez dirá, ser esse o regime que sua formação absorve.

Não deve ser interpretado o improviso que Figueiredo fará hoje (mesmo enfrentando a recomendação médica para evitar emoções) — um exercício de retórica, ou apenas uma formalidade protocolar. O discurso de quem chega, em resposta a quem o substituiu, com lealdade, e também convicção democrática.

A verdade é que a data de hoje significa muito, mas muito mesmo, para o Figueiredo que volta a ocupar a Presidência da República, depois de quase três anos no exercício do cargo — e ter superado algumas barreiras impostas no seu caminho, sem acrescentar todas que ainda vai ter que ultrapassar para chegar até a democracia sonhada por seu pai. E objetivo herdado por ele.

Antes, bem antes de o Presidente atual chegar a ocupar a cadeira principal do Palácio do Planalto, o general Euclides já tinha seu espaço na história política nacional.

Importante traçar o perfil histórico do homenageado de hoje para se poder compreender a influência que transmitiu ao filho. O passado tem muita importância para o presente político. É fundamental para o futuro.

Desde cedo, ainda cadete, já tinha liderança política, e era uma peça importante, pelo seu desempenho, na chamada revolta da vacina obrigatória. Essa sua ação teve uma consequência: foi afastado do corpo discente da Escola Militar.

Mas em seguida era anistiado (observe-se que a anistia foi sempre presente em sua vida, e seu filho comprehendeu esse significado, anistiando). Em 1911, já alferes, foi distinguido com um curso de aperfeiçoamento na Prússia Oriental, em um regimento de cavalaria de Ohlau, onde passou dois anos.

Quando voltou, com um grupo de oficiais, fundou uma revista, a *Defesa Nacional*, arma editorial para mudar a mentalidade do Exército, até então conservadora.

Em 1922, instrutor da Escola Militar de Realengo, com reconhecida capacidade de liderança que gozava entre os cadetes, coube a ele deflagrar, no exato momento, a rebelião no educandário.

Veio então o ano de 1930, o movimento revolucionário de outubro, e o já coronel Euclides, em Santana do Livramento, comandante da 2.ª Divisão de Cavalaria, era preso. Como era próprio de seu temperamento, recusou-se então a voltar ao serviço ativo. Preferia conspirar.

Não demorou muito e foi exilado em Lisboa, depois Buenos Aires — de onde prosseguiu com as conspirações. Mas chegou a anistia, foi aceita a convocação de uma Assembléa Constituinte. A ditadura começava a cair.

Candidato a deputado federal pelo Partido Republicano Paulista, viu frustrado esse projeto político. Sem tribuna parlamentar, preferia continuar conspirando contra a ditadura varguista, até o golpe comunista de 1935, que prejudicou seu desenvolvimento, e dois anos depois o Brasil mergulhava no fascismo do Estado Novo.

Mesmo diante do terror espalhado pela ditadura, continuou conspirando. Mas foi preso em novembro. Colocado em liberdade, não demorou muito e já em março de 1938 era novamente preso. Juntamente com Armando Salles Oliveira e Octavio Mangabeira, apoiou a uma manobra dos integralistas dissidentes que desejavam a queda de Getúlio Vargas.

Foi condenado então pelo Tribunal de Segurança Nacional a uma pena de quatro anos, além de ter cassada a patente de coronel. Mais do que isso: foi decretada sua morte, e a esposa, dona Valentina, passava à condição de viúva.

Ficou quase dois anos na Casa de Correção. Mas nem mesmo a prisão continha seus ímpetos de luta. Fazia chegar seus artigos, que O Jornal publicava, com pseudônimo de *Um Observador Militar*. Disparava suas idéias contra o regime.

Em 1942 não assinou uma petição de "livramento condicional", mas mesmo assim foi posto em liberdade. Três anos depois, pela UDN, conseguia ser eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Coube a ele a autoria de um projeto extinguindo a Polícia Especial — instrumento de repressão do Estado Novo.

É a memória deste homem que será homenageada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Queremos registrar nos Anais do Congresso Nacional nossas congratulações ao Clube de Diretores Lojistas de Belém pelos seus 20 anos de atividades e pela concessão do Título de "Lojista do ano 81" ao Sr. Jayme Pontes, nosso querido e estimado amigo, cujo currículum fazemos constar neste nosso pronunciamento.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSVALDO MELO EM SEU DISCURSO:

O lojista do ano, Sr. Jayme Pontes, filho de Leovigildo e Izabel Pontes, Jayme Pontes é natural do Acre, nascido a dez de dezembro de 1917. Nos idos de 1931, chegava a Belém, onde aos 14 anos trabalhou como office boy nas Casas Pernambucanas. Sua carreira no mundo das jóias começou nas Joalherias Pérola Paraense e Maranhense. Nesse meio tempo, formou-se contabilista pelo Grêmio Literário Comercial Português.

Em 1939, Jayme Pontes, casa-se com Maria Tereza Lobato Pontes. Dois de seus filhos, Jayme Pontes Filho e Sérgio Pontes, são hoje seus sócios.

Já em agosto de 1944, Jayme Pontes abre pequena loja na João Alfredo, com a oficina e acanhado estoque de mercadorias. Mas com seu tino nato de joalheiro, Jayme Pontes abre a segunda loja em 1961, quando ele destaca o apoio do amigo Antônio Asmar. Nesta época, juntamente com mais 15 empresários, funda o Clube de Diretores Lojistas de Belém.

Estamos em 1968 e Jayme Pontes inaugura a Fornitura Pontes, dedicada à época a consertos de jóias e relógios. Finalmente em 1978 é inaugurada a primeira joalheria de alto luxo de Belém: Jayme Joalheiros, em plena Praça da República.

Hoje, Jayme Pontes é distinguido com o título máximo do lojismo paraense: O Lojista do Ano, indicado pelo Clube de Diretores Lojistas de Belém, após exatamente 20 anos de sua fundação.

O Clube de Diretores Lojistas de Belém foi fundado em 16 de outubro de 1961, por 15 representantes de empresas. As primeiras reuniões foram realizadas na sede do Automóvel Clube do Pará e depois passou a ocupar uma sala na Av. Presidente Vargas, 570.

Neste local foi implantado o SPC, inicialmente com 25 usuários. Já a primeira sede própria foi adquirida durante a gestão de Manoel Rolla, seu terceiro presidente, constando de cinco salas do Edifício Marc Jacob, em construção. De 15 o quadro social passou para 28 empresas. O SPC, totalmente reformulado passou a funcionar nos moldes do SPC do Rio de Janeiro. Com as ampliações o CDL, passou a ocupar todo o primeiro andar do prédio, dado sua rápida expansão. Ainda na gestão de Rolla, foram lançadas promoções institucionais: Dia das Mães, Dia dos Pais e o Primeiro Natal Milionário.

A escolha do primeiro lojista do ano ocorreu em 1963, e também a primeira festa em Homenagem ao Dia do Comerciário. Na gestão de Domenico Falesi, o ritmo de progresso se intensificou e através dos presidentes que o sucederam, continuou, até os dias atuais.

Hoje o Clube, funciona em prédio próprio, adquirido na gestão de Jaime Andrade, ocupando com o SPC, o térreo que já conta com cerca de trezentos usuários. Nos outros três andares o CDL instalou seus diversos departamentos, incluindo auditório, Núcleo de Desenvolvimento Lojista e restaurante.

Seu quadro social conta hoje com 56 empresas do mais elevado nível e dispõe de um corpo de 47 funcionários.

Neste 1981, no seu ano 20 de fundação e na gestão de José do Egypio Vieira Soares, o Clube comprou o terreno, onde está erguida a nova sede, que deverá contar com cerca de doze pavimentos, a metade sendo ocupada com as novas instalações do Clube. Essa nova sede abrigará a Central Telefônica, já adquirida e funcionando na sede atual, objetivando agilizar o Serviço de Proteção ao Crédito.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vimos à tribuna do Congresso para analisar um dos pontos mais positivos da política creditícia e de assistência técnica do Governo Federal. Referimo-nos, com entusiasmo e ênfase, ao Programa de apoio à pequena e média empresas, ressaltando sua importância, porque as empresas que se situam nessa faixa representam nada mais, nada menos, do que 70% (setenta por cento) dos empregos ou da população economicamente ativa.

O apoio tem sido dado por medidas concretas em diferentes áreas:

- a) Na área tributária, com tratamento diferenciado;
- b) na área burocrática, com considerável redução das exigências; e
- c) na creditícia, com a política diferenciada na fixação das taxas de juros e correção monetária.

Assim, na área tributária, tão reclamada pelo empresariado nacional, alegando excesso de carga fiscal, foram fixados os benefícios a seguir enumerados:

a) Isenção do Imposto de Renda para empresas individuais e/ou jurídicas), com receita bruta igual ou inferior a 3.000 ORTNS, calculado sobre o valor nominal de dezembro do ano base. (Decreto-lei n.º 1.780/80).

b) Alíquotas do IPI reduzidas a zero (isenção) sobre diversos produtos tipicamente manufaturados por micro e pequenas empresas (Decreto n.º 84.634, de 1980).

c) Redução do prazo mínimo de financiamento de capital de giro às Pequenas e Médias empresas, de 365 para 360 dias, para evitar a cobrança do IOF à base de 6,9% antecipado, cobrando-se mensalmente sobre o maior saldo devedor mensal, à base de 0,6%, causando a medida não só a redução do tributo, como o barateamento do custo do dinheiro mutuado.

No que diz respeito à desburocratização, para agilizar as soluções dos processos, atendeu o Governo às seguintes reclamações:

a) não exigência de escrituração contábil e de outras obrigações acessórias para as PMEs, na concessão de isenções do IR e do IPI, já mencionados na área tributária;

b) simplificação do processo na concessão do crédito, com extinção do registro de promissórias, liberação de exigência de garantia real, nas microempresas, etc.

c) um único certificado jurídico fiscal, válido por um ano, facilitando a participação nas licitações e concorrências públicas (Decreto n.º 84.701/80);

d) criação da cédula e da nota de crédito comercial, para agilizar e baratear a contratação do crédito, em sua parte formal.

Na época creditícia, têm sido inúmeras e decisivas as medidas incentivadoras do Governo, através da SEPLAN/CEBRAE, BNDE, PAMICRO, CEF e BANCOS OFICIAIS:

a) assistência técnica e creditícia, no Programa SEPLAN/CEBRAE, com recursos iniciais de Cr\$ 2 bilhões, com um fundo de risco, que permite a dispensa de garantias reais, para evitar despesas cartorárias;

b) criação pela CEF, com grande repercussão, do PAMICRO, com a expressiva dotação de Cr\$ 6,2 bilhões;

c) diferenciação de taxas, altamente subsidiadas, no crédito de custeio agrícola, para mini e pequenos produtores, com adiantamento de até 100% (cem por cento) do VBC;

d) linha de crédito do BNDE, para microempresas, com dotação inicial de Cr\$ 1,5 bilhão.

e) proteção à empresa privada nacional ampliando o teto para 70% da participação mínima das empresas privadas nacionais, no crédito interno, com a redução para 30% da participação das empresas estatais e estrangeiras, no crédito interno concedido pelo sistema financeiro.

f) exclusão das PME, ligadas a grandes conglomerados, no acesso à linha de crédito da Resolução n.º 388, limitando-se ainda, para atendimento de um maior número de empresas, o teto a 800 MVR, por beneficiário.

g) elevação para maior percentual da obrigação dos Bancos de aplicar recursos dos depósitos à vista na Resolução n.º 388;

h) obrigação de aplicação de 1% (um por cento) dos depósitos à vista, pela Resolução n.º 388, em microempresas;

i) permissão aos Bancos Comerciais, quando não aplicarem, de repassar aos Bancos de Desenvolvimento, para idêntico programa, os recursos decorrentes de um por cento dos depósitos à vista.

j) permissão para os Bancos de Desenvolvimento operarem com recursos da Resolução n.º 674 (financiamento à produção para exportação apenas para PME produtora).

Há ainda uma série outra de medidas, do sistema CEBRAE, atendendo mais de 2.000 empresas, nos últimos 3 anos, dando-se ênfase às regiões menos favorecidas, com assistência gerencial. Vale destacar o PRONEX — Programa Nacional de Apoio à PME exportadora; formando, para poder criar poder de competição, 35 consórcios de exportação, em 10 Estados, permitindo que pequenas empresas participassem do rendoso comércio exterior; Programa de Conservação de Energia, para redução do consumo de energia, com a substituição da energia derivada de petróleo, com sensível economia; o PRONAGRO — de apoio à pequena empresa rural, com apoio gerencial e tecnológico, e estudos de oportunidades de investimento, com motivação das comunidades para criação de novas empresas, aproveitando-se a rede de cooperativas e médias empresas existentes; a Bolsa Nacional de Negócios consiste num Banco de Dados de oportunidade de negócios, propiciando a melhoria da produtividade e ampliação de vendas, pelo conhecimento atualizado da demanda e do potencial do mercado e, finalmente, o PRONAC, que oferece condições, às pequenas e médias empresas, serviços cooperativos de assessoria nos negócios, a preços ou custos reduzidos. Esse serviço já está implantado em Fortaleza, Curitiba, Recife, Florianópolis, São Luis e Niterói, com expansão já prevista para 1982.

Diante do que acabamos de expor, somente elogios podemos fazer a tão grande e proveitoso esforço do Ministro Delfim Netto, para apoio à pequena e média indústrias, em época de contenção dos meios de pagamento, nessa luta hercúlea do Governo para vencer a inflação, que felizmente já está em contagem regressiva acelerada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Audálio Dantas.

O SR. AUDÁLIO DANTAS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas:

Nesses dois últimos dias as colunas dos jornais foram recheadas com comentários sobre uma entrevista à televisão, concedida pelo Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do meu Partido, o PMDB. Segundo alguns jornais, essa entrevista teria sido um fracasso. Em vez da crítica ao seu conteúdo se fez a crítica ao entrevistado, inclusive se alegando que ele não se portara de maneira correta diante das câmeras de televisão.

Em função disso, logo se sobrepondo aos fatos importantes que realmente interessam à Nação, diante da continuação da chicana política, da continuação da chantagem, ou seja, a tentativa de se ressuscitar o Ato Institucional n.º 5, ao se ameaçar com a retirada de projetos, como o da Lei das Inelegibilidades, ou seja, a ameaça que pesa sobre os políticos, a maioria do meu Partido, a ameaça sobre dirigentes sindicais, como o Sr. Luís Inácio da Silva, Presidente do Partido dos Trabalhadores, e outros que serão julgados, mais uma vez, pela 2.ª Auditoria Militar, em São Paulo, dentro de alguns dias. Em vez da discussão desses problemas, parte-se para uma tempestade em copo d'água, inclusive dentro do meu Partido. E aqui faço uma crítica pública, faço uma crítica frontal a alguns companheiros que, a partir dessa entrevista, levantam sua bandeira, neste momento, para dizer que o Presidente Ulysses Guimarães precisa ser substituído, em função dessa entrevista, na direção do nosso Partido.

Quero declarar, aqui, nesta sessão do Congresso, solenemente, que não será neste momento, em que muita gente, inclusive aqueles que se julgam na vanguarda, acha que a ditadura já acabou, que podemos brincar de construir partidos políticos, quando esses partidos políticos, todos nós sabemos, não podemos e nem temos por que esquecer, existem em função do que determinou este regime. É preciso que nós tenhamos presente, neste momento, que o Dr. Ulysses Guimarães, Deputado eleito pelo povo de São Paulo, vem desempenhando, durante todos esses anos de autoritarismo, um importante papel que deve continuar, enquanto não for conquistada a democracia pela qual anseia todo este País. Isso não significa continismo. Tenho minhas críticas a este como a outros dirigentes do meu partido, tanto na direção nacional como em São Paulo, meu Estado, mas eu me reservo para expressar essas críticas no interior do meu Partido, porque o inimigo é outro, o inimigo está no outro lado da rua, o inimigo está nos grupos paralelos que jogam bombas, o inimigo está naqueles que não querem a organização dos trabalhadores.

Nada se alterou, por exemplo, na estrutura sindical deste País; não se alterou uma vírgula da CLT. Um dirigente sindical, como no caso do Sr. Benedito Marcílio, do Partido dos Trabalhadores, pode continuar a ser Deputado, mas não pode ser reeleito para o sindicato do qual foi arrancado pelo Ministério do Trabalho.

É neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que eu quero dizer que, acima das falhas humanas eventuais, acima de desempenhos frente às câmeras de televisão, a luta continua sendo pela democracia; não é uma luta para registro eventual nas colunas de alguns jornais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SR.^a CRISTINA TAVARES (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas: os trabalhos da XIII Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, realizados na cidade de Fortaleza, em setembro último, alcançaram o mais completo êxito.

Entre as mais importantes, cumpre destacar: a transformação dos jornalistas, provisionados antes de 13 de março de 1979, em profissionais, na forma de apoio a projeto de lei em tramitação; a que exige o cumprimento de dispositivo legal determinando o fim do período de estágio, a fim de coibir abusos das empresas e das faculdades; a que conclama a classe para lutar pela observância da jornada de trabalho no Serviço Público e nas empresas privadas; e, a que recomenda ações para a reforma do Código de Radiodifusão.

Quanto a esta última, deve-se enfatizar as grandes transformações por que passaram, nos últimos anos, o rádio e a televisão, aumentando o peso de sua influência na comunidade. Com efeito, ambos os veículos absorvem mais de 70% das verbas anuais de publicidade, abrangendo um universo de 70% da população. Enquanto os jornais e as revistas não ultrapassavam 20% de leitores, fortalecia-se o poder político e econômico daqueles meios de comunicação, mercê de avanços tecnológicos, de novos conceitos empresariais e melhores padrões de programação.

A brutal diferença de crescimento entre uns e outros acarretaram graves problemas e deformações. Oriundas de modificações que ditaram o atual modelo de rádio e televisão, as distorções hoje existentes prevalecem como uma sentença condenatória do equívoco de se fazer, e colocar em prática, uma política setorial, sem auscultar os interesses de todos os seus integrantes. Os jornalistas profissionais foram, propósitadamente, marginalizados das decisões, jamais sendo consultados sobre a conveniência da implantação de tal política.

O sistema, além disso, prosseguiu no exercício da censura política, sobre a imprensa falada e escrita, ao mesmo tempo em que o rádio e a televisão experimentavam os impactos das transmissões em frequência modulada, da TV em cores e das comunicações por satélite. A política econômica, dirigida para o benefício das grandes organizações e para o aniquilamento da pequena e média empresas, forçou o alinhamento destas últimas às primeiras, por instinto de sobrevivência. O mercado da televisão concentra-se hoje tão-somente em duas organizações, que controlam, sozinhas, toda a publicidade e audiência.

Essa concentração gerou um padrão de programação que se subordina aos interesses econômicos dominantes, pois que deve atender aos requisitos comerciais e consumistas dos anunciantes, sem preocupar-se com as finalidades precípuas da informação e da educação, definidas na lei. A "fábrica de sonhos" sobrepõe-se à geração e expansão do conhecimento, omitindo-se da discussão dos grandes temas da realidade brasileira, impondo uma programação metropolitana e internacionalizante, que privilegia o acesório em detrimento do principal.

Os números oficiais demonstram, com eloquência, que foram exibidas, nas emissoras de televisão do Rio de Janeiro, no ano de 1979, um total de 1 400 filmes, dos quais somente 29 produzidos no País. A quase totalidade das películas foram importadas dos Estados Unidos e de países da Europa Ocidental, confirmando a existência de um processo de internacionalização da programação, de resto já apontada nas emissoras de rádio.

Nestas, denuncia-se grande quantidade de músicas estrangeiras, ocupando todo o período das transmissões. A influência alienígena debita-se também a capitulação das empresas nacionais produtoras de aparelhos de recepção de rádio e televisão, que perderam o controle do mercado para as indústrias multinacionais do setor. Por fim, a concentração da produção no eixo Rio-São Paulo eliminou toda a programação regional, dando lugar ao consumo, pelo restante do território nacional, de pacotes lá elaborados pelas emissoras líderes de cada grupo.

Tudo isso termina atingindo, no final do curso, ao jornalista, conturbando também as atividades dos que trabalham em rádio e televisão. Diante dos acontecimentos diários, da realidade dos

fatos, o profissional sucumbe à frustração de não poder relatá-los e analisá-los na sua profundidade. Assim é, pois a lógica empresarial vê a informação tão-somente como apoio para a venda de espaço na programação, desinteressando-se pelo conteúdo informativo e analítico do que é transmitido.

Programas de informação ou de formação da opinião pública têm importância inferior aos de simples entretenimento, transmitidos ainda pelas emissoras de rádio e televisão apenas para atender aos percentuais de programação mínima ou a interesses políticos, prevalecendo sempre o noticiário de menor custo. Por isso, os "Departamentos de Jornalismo" das emissoras transformaram-se em centros de "pirataria editorial", onde não há respeito ao direito da população de ser bem informada.

Segundo os dados de recente pesquisa, abrangendo emissoras de rádio e televisão do Rio de Janeiro, há um sombrio crescimento do quadro de desemprego de jornalistas. Para agravá-los, aumenta a penetração das emissoras que consomem noticiário produzido por agências ligadas a grandes grupos jornalísticos, e a distribuição, para estações de um mesmo grupo, de cópias do noticiário elaborado por uma delas.

Dessa visão geral, pode-se chegar à configuração de um quadro onde o Estado marca sua presença por um evidente distanciamento do povo, dos trabalhadores e dos jornalistas. Interessado numa política de integração do País às necessidades da economia privada, implementou a concentração da propriedade das emissoras — e de suas programações — nas mãos de uns poucos.

Para receber cobertura publicitária para as suas atividades, investiu na infra-estrutura de telecomunicações, concedeu empréstimos e outorgou concessões, sempre fugindo aos critérios mais recomendáveis. Incentivou a formação de redes; admitiu a inversão da prioridade educação-informação em favor da programação comercial e de entretenimento; tolerou a afiliação permissiva do controle administrativo e financeiro das pequenas emissoras; permitiu a expansão das produções estrangeiras; e, ignorou a omissão das emissoras que se furtaram aos compromissos legais e éticos com a informação devida ao público.

Quando a área das comunicações está pronta para incorporar a TV por cabo, o Vídeo-texto, o Vídeo-cassete, a Informática pela TV; e, no preciso instante em que se anuncia a elaboração de um Código Brasileiro de Radiodifusão, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal vê chegada a oportunidade para corrigir, a nível de legislação, as deformações apontadas no sistema de rádio e televisão.

Para tanto, conclama a classe para uma ação política, nos mais diversos planos, consubstanciada em:

a) reivindicar, junto ao Ministério das Comunicações, a participação do Brasil nas discussões internacionais relativas à radiodifusão, e dos jornalistas na elaboração do novo Código de Radiodifusão, assim como em todas as questões de interesse da classe;

b) lutar pela representação dos jornalistas, radialistas e artistas no Conselho Nacional de Comunicações;

c) atuar no sentido de transferir, do Poder Executivo para o Poder Legislativo, a prerrogativa de expedir concessões para exploração de serviços de rádio e televisão, dado o seu caráter público e a necessidade de sua democratização.

d) defender o estabelecimento de limites à propriedade de canais de rádio e televisão, a fim de impedir concentração incompatível com a pluralidade de organismos de produção e transmissão;

e) prescrever limites para o número de programas transmitidos por uma emissora, adquiridos do mesmo produtor;

f) proibir a participação nos lucros e na vida administrativa de uma emissora por outra mais poderosa, extinguindo-se o sistema de afiliação, equivalente ao monopólio;

g) estabelecer percentuais mínimos de produção nacional dentro da programação de rádio e televisão, fortalecendo o mercado de trabalho, e para que as emissões possam refletir a cultura e os problemas do povo brasileiro;

h) lutar pelo estabelecimento de percentuais-mínimos para a produção regional, divulgando a rica e variada cultura do País;

i) da mesma forma, reivindicar percentuais mínimos de produção jornalística no rádio e na televisão;

j) proibir a aquisição, pelas emissoras de rádio e televisão, de material compilado por agência noticiosa ou qualquer outro veículo de comunicação;

k) defender as finalidades educativas e informativas dos serviços de radiodifusão, preservando-os das ameaças de pressões patronais;

l) sugerir a criação, com apoio estatal, de sistemas de rádio e televisão mantidos por grupos comunitários, sem fins lucrativos, mediante taxação das emissoras privadas;

n) desenvolver ação articulada com as categorias profissionais dos artistas, radialistas e cineastas, cujos interesses coincidirem com o dos jornalistas.

Não se circunscrevendo a determinados setores sociais ou áreas de interesses a XIII Conferência Nacional abordou aspectos de viva magnitude para a comunidade em geral e para a Imprensa em particular, ferindo os problemas da liberdade de informação, da estrutura sindical, da formação profissional e da participação do jornalista na etapa histórica do retorno do País à plenitude democrática.

Sobre o primeiro, manifestaram o juízo de que "não há liberdade de imprensa no Brasil", uma vez confrontada a realidade vivida pelos jornalistas e o conceito universalmente aceito de que essa liberdade é um direito fundamental que todos os setores da sociedade têm de se informar e ser informado, de manifestar suas aspirações e livremente debater suas opiniões." O Governo, que há três anos teria determinado o fim da censura à Imprensa, manteve-a nesse período, e a mantém hoje, apenas reciclada sob diversas formas, a ponto de determinar a condenação e a prisão de jornalistas, pelo delito de perfeito desempenho profissional.

Para o fim de sancionar a livre informação, mantém um arsenal de normas arbitrárias, entre as quais a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, utilizado, já no período da denominada "abertura", para punir 23 jornalistas por matérias publicadas no Jornal do Brasil, Movimento, Coojornal, Hora do Povo, Tribuna da Imprensa, Afinal, Gazeta do Vale, Convergência Socialista, Voz da Unidade e Em Tempo.

Outros jornalistas, pertencentes ao O Estado de S. Paulo, Repórter, Folha de S. Paulo, Gazeta de Sergipe e O Trabalho, além dos já citados, foram processados em 18 enquadramentos na Lei de Imprensa. A chamada "imprensa alternativa" suporta conhecidas pressões políticas, policiais, fiscais e econômicas, que objetivam impedir o seu crescimento e a divulgação do que publicam, conforme restou provado pelas apreensões de várias edições de O Pasquim, Movimento, Tribuna da Imprensa, Repórter, Hora do Povo, Tribuna da Luta Operária, O Trabalho, Em Tempo e Convergência Socialista.

Some-se a isso a censura econômica, a violenta intimidação dos até agora impunes dezenas de atentados às bancas de jornais e das nove explosões de seis jornais, e mais a injustificável prerrogativa de o Executivo conceder e cassar concessões de rádio e televisão, o que lhe permite contempnar os maiores — e mais submissos — empresários, a fim de que os meios de comunicação continuem atuando contra os segmentos mais pobres da população.

Na desinformação do povo brasileiro, o Estado e o poder econômico manipulam a censura e a pressão, utilizando como instrumento a distribuição de verbas publicitárias com as quais o Governo e empresas premiam os órgãos de comunicação que servem aos seus interesses, em detrimento de organizações independentes. O desemprego, assim como a política de recessão da economia, inserem-se também como fatores de pressão, constituindo a mais nova ameaça à liberdade de informação, na medida em que utilizada para coagir o jornalista, para colocá-lo no dilema entre a perda do emprego e a submissão acrítica aos ditames patronais.

Da mesma forma com referência à autonomia sindical, os jornalistas brasileiros têm denunciado, desde o Congresso Nacional, realizado em Maceió, uma estruturação propositadamente vinculada ao Governo e a grupos políticos, que tem obstaculizado a luta pelo direito de greve, pela reorganização das entidades de empregados, pela negociação direta, pelo sindicato único, por categoria, em cada base territorial, pelo respeito à livre organização dos associados, pelas eleições diretas nos órgãos de representação, pelos delegados sindicais e comissões de empresas, pela central única de trabalhadores e pelo direito de filiação das entidades de classe aos organismos internacionais pertinentes.

Sobre a formação profissional, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, com a colaboração dos estudantes de comunicação da Capital, submeteram a debate, na Conferência Nacional, três pontos básicos: a defesa dos cursos, o currículo e o estágio. Jornalistas e universitários concordam com a necessidade de aperfeiçoamento do ensino de Comunicação e com a manutenção, em princípio, dos cursos de formação, respeitada a exigência de que o diploma de conclusão do curso superior é requisito básico para o exercício profissional.

Quanto ao aspecto curricular, reivindica-se a participação de estudantes, professores e entidades da categoria na discussão dos currículos experimentais a serem adotados nas escolas, levando-se em consideração, na sua elaboração, o que foi aprovado pela ABEPFC, com o apoio dos jornalistas e estudantes. No aspecto do estágio, a delegação manifestou-se contrária, reiterando que o exercício profissional, remunerado ou não a esse título, só é admissível com o registro de diploma do curso de Comunicação.

No enfoque mais amplo da situação nacional, os jornalistas reconhecem que a sociedade brasileira atravessa momento crucial de sua história. A população vive sem garantias individuais, sem liberdade de expressão, sem direito de livre organização e submetida a um emaranhado de leis arbitrárias e coercitivas, pagando o alto preço de políticas sociais e econômicas antinacionais e antidemocráticas, às quais não deu causa.

Por tudo isso os jornalistas brasileiros defendem o fim da legislação de exceção, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana e a realização das eleições limpas em 1982. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Khair.

O SR. EDSON KHAIR (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na realidade, tem toda a razão o nobre Líder do PMDB, Deputado Audálio Dantas. O Presidente do nosso Partido, Deputado Ulysses Guimarães, não é, propriamente, um campeão da comunicação da mídia, mas, na realidade, o que se espera de um velho Presidente da Oposição, formada na luta contra esta ditadura, é muito mais do que as suas virtudes estriônicas, a la Jânio Quadros, no vídeo. O que se espera dele é a coerência, o que se espera dele é a necessidade de manter uma postura firme e, às vezes, até inadequada para a grande comunicação de massa.

Ulysses Guimarães representa, ainda neste momento, o PMDB com todas as suas virtudes e contradições, e apeá-lo da direção do Partido, agora, significaria verdadeira descaracterização do Partido, enquanto estuário de todos aqueles que movem combate à ditadura.

Portanto, tem a nossa solidariedade, no momento, com todos os defeitos que a sua continuação à frente do Partido da Oposição possa trazer, porque, na realidade, são problemas menores. O essencial é exatamente a continuação da imagem de oposicionista que S. Ex.^a, por certo, conseguiu esculpir na opinião pública de toda a sociedade brasileira.

Não era propriamente este o assunto que iríamos abordar hoje, mas diante da oportunidade, trazida aqui pelo nobre Deputado Audálio Dantas, queremos expressar a nossa total solidariedade à recondução do Presidente Ulysses Guimarães que, com certeza, tem ao seu lado a maioria esmagadora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, para concluir, desejava pedir ao Presidente Figueiredo, que reassume o Governo — e graças a Deus, com boa saúde — para que Sua Exceléncia se lembre dos dois padres presos, padres que, ao lado de posseiros, lutando pelo direito sagrado da terra, só não foram expulso do País pela atitude firme, equilibrada, do Presidente Aureliano Chaves, que por uma questão até do destino, foi capaz de chegar à Presidência da República por alguns dias.

Fazemos um apelo ao General Figueiredo para que Sua Exceléncia determine imediatamente — pelos mecanismos próprios — a libertação dos padres franceses, porque não é possível que dois sacerdotes que lutando ao lado do povo sem terra neste País, estejam presos, e os grã-finos homicidas continuem soltos, como é o caso do famoso play boy — que não chega a ser internacional, play boy apenas das praias de Santos, Doca Street. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ontem, em uma das comissões do Senado e na televisão, o Ministro do Planejamento disse que a situação do Brasil está esplêndida, que não há mais desemprego, e que vamos ter uma ótima safra, porque está chovendo.

Na verdade, a realidade não é esta, Sr. Presidente: pelo que observo no interior, pelo que sinto no seio dos homens pobres, necessitados, não é esta a realidade. Estamos lendo que nas favelas há crianças, há meninos de quatro anos que matam sua irmã de dois anos.

É a miséria, é a fome, são os bolsões de miséria que nós sabemos estendidos por todo o País.

Sr. Presidente, alguns riem do desemprego, e nem acreditam no desemprego, mas agora mesmo, no Estado do Rio, tivemos notícias, e conversamos mesmo com o Presidente do Sindicato, que cerca de 900 trabalhadores de estaleiros navais foram despedidos. Sabemos notícias também de operários do Rio que estão sendo despedidos de fábricas e de empresas de transportes.

Sr. Presidente, Recebi, agora, uma notícia também muito triste: o SESI está fechando centros sociais. Imagine V. Ex.^a, imagine

esta Casa, que centros sociais, na hora em que a crise mais se aprofunda, são fechados. Fechou o SESI os centros sociais de Mendes, Valença, Barra do Piraí, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Macaé, Venda das Pedras, Araruama, Barreto, Barra Mansa, e um Posto de Urgência, que tem convênio com o INPS, deve ser fechado em breve.

Ora, Sr. Presidente, cerca de 300 empregados do SESI vão passar fome, porque não encontrarão emprego no Rio de Janeiro de maneira nenhuma. Por que isto? Porque não há uma intervenção do Governo, no sentido de evitar esse desemprego em massa?

Sr. Presidente, o Presidente do Sindicato dos Empregados e Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, na Rua 15 de novembro n.º 182, o Sr. Paulo Pedro de Abreu, irritado com o desrespeito às leis, porque não há cumprimento das leis trabalhistas nestas dispensas, lançou um manifesto, e clama aos Parlamentares, clama ao Governo, e também clama aos céus. Numa atitude evangélica ele declara que precisamos socorrer aqueles seus colegas que estão passando fome.

Tenho notícia de que antes, em 1980, muitos empregados foram despedidos do SESI. O que é o SESI? É uma organização que tem como lema "Pela Paz Social no Brasil". Que paz social é essa, Sr. Presidente, que coloca o homem no desemprego, ao léu da vida e ao léu da sorte, cheio de filhos?!

O Governo, o Poder Executivo, o Chefe da Nação precisa abrir os olhos e cuidar desse problema.

Reassume hoje as suas funções o Sr. General João Baptista de Figueiredo. Espero que Sua Excelência, após esse período de repouso, volte retemperado em sua saúde, com o pensamento mais voltado para os problemas sociais, que faça parar um pouco essas obras monumentais, grandiosas, que são anunciadas na televisão como plataforma de Governo, na antecipação das eleições de 15 de novembro — virão no dia 15 de novembro, Sr. Presidente?! — apelo, para que Sua Excelência volte com disposição, para olhar para o problema social.

Por isso, Sr. Presidente, concilio, lendo a última frase do manifesto lançado pelo Sr. Paulo Pedro de Abreu, que, depois de fazer alusões aos dragões de fogo que o Apocalipse de São João cita, conclui:

"Conclamamos a todos para uma repulsa e condenação total a esta forma cruel de demitir — na calada da noite, dezenas de companheiros nossos, num gesto inqualificável de desrespeito aos sagrados princípios evangélicos e do direito da pessoa humana."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Silva.

O SR. WALTER SILVA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Subscrevo, neste momento, as palavras proferidas, nesta sessão do Congresso Nacional, pelo nobre Deputado Audálio Dantas se secundadas pelo nobre Deputado, também Vice-Líder do meu Partido, o PMDB, Edson Khair, no sentido de reconhecer na pessoa do Presidente do Partido, Deputado Ulysses Guimarães, o extraordinário trabalho que S. Ex.^a desenvolveu nestes 17 anos de arbitrio e de ditadura militar implantada no País, e o heroísmo com que o Deputado Ulysses Guimarães tem-se portado à frente da Oposição.

Tanto isto é certo que S. Ex.^a tem sido reconhecido à Direção Maior do Partido pelos seus méritos pessoais. Agora mais do que nunca, se impõe a manutenção de S. Ex.^a à frente dos destinos do Partido.

Ao mesmo tempo aproveito o ensejo para fazer um pronunciamento nos seguintes termos:

Da mesma forma, como a Democracia Relativa do General Figueiredo, estamos agora a nos defrontar com a Anistia Relativa, e dentro deste estado de coisas relativas chegaremos, brevemente, ao supérfluo relativo, às eleições diretas relativas e à sucessão presidencial direta relativa.

Ora, Sr. Presidente, assim não é possível!

Anistia, no Brasil ou em qualquer outro país do nosso Planeta, quer dizer esquecimento de culpa, e esse foi, justamente, o espírito que presidiu a elaboração do projeto que resultou na Lei n.º 6.683 — a chamada Lei da Anistia.

Mas em nosso País relativizaram a anistia, e hoje temos mais de 50 mil brasileiros que, embora beneficiados tácita e explicitamente por aquele diploma legal, ou excluídos por problemas de interpretação tecnocrática, não conseguiram fazer valer o seu direito.

O Congresso Nacional, dentro de sua soberania relativa, situação que certamente arrepiaria Montesquieu, não consegue instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, requerida desde maio pelo nosso companheiro de Bancada, Juarez Furtado, e que por força regimental deveria ter sido colocada a funcionar em setembro, para investigar exatamente a situação desses milhares de brasileiros que não estão fora, mas também não estão dentro da Lei da Anistia.

A Presidência da Câmara dos Deputados exorbita de suas prerrogativas regimentais, manda a questão para a Comissão de Constituição e Justiça e lá ela permanece, adormecida; quando acusamos a Presidência de exorbitação não o fazemos apenas em nome da arte retórica, eis que se trata de uma questão política e que vem sendo tratada politicamente pelo nobre Deputado Marchezan — Presidente da Câmara dos Deputados, sem atentar nem para os aspectos de direito nem para a grave questão social daí decorrente.

Tantas e tamanhas são as perseguições, os atos mesquinhos, os recursos iníquos e o pouco caso dos responsáveis pela aplicação da Lei da Anistia, que, de quase seis mil praças expulsos, demitidos ou reformados, apenas meia dúzia foi readmitida.

Servidores de autarquias e empresas de economia mista só foram aceitos de volta se concordando com a sua colocação nas carreiras iniciais, sem readaptações e reajustes salariais, e colocados em quadros suplementares.

Trabalhadores sumariamente demitidos, dirigentes sindicais afastados, estudantes punidos pelo Decreto-lei n.º 477, sem poder estudar em todo o País, mortos e desaparecidos, cujos herdeiros legais não podem exercitar esse direito, enfim, um corolário de mesquinhez e de imoralidades administrativas, de atos que repugnam a consciência cristã e democrática e colocam a nu os designios dos que usurparam o poder em nosso País.

É preciso devolver a tranqüilidade aos brasileiros, e isto só será possível através da anistia, ampla, geral e verdadeiramente irrestrita.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje o Presidente João Figueiredo reassume o Poder sob os aplausos gerais, as congratulações e a nossa manifestação de alegria.

Por certo, com a disposição que tem de colocar este País no seu lugar, no concerto universal, Sua Excelência nos dará novas oportunidades de aplaudí-lo por suas iniciativas.

Sr. Presidente, temos ouvido muitas críticas ao Governo por parte da Oposição. Até mesmo nós do Partido do Governo de vez em quando tecemos as nossas críticas a alguns setores da administração federal. Seria importante, e talvez oportuno, que a Oposição começasse a fazer uma crítica sobre os seus próprios atos, sobre as suas próprias manifestações e pudesse vislumbrar a hipótese de, agora por diante, elogiar o Governo, aplaudi-lo nas suas iniciativas acertadas, nos pontos positivos em favor do desenvolvimento nacional, do progresso do Brasil. Nós do Governo, uns aplaudimos, outros atacamos os nossos correligionários. Torna-se muito difícil ao Presidente da República fazer uma avaliação, ele que tem múltiplas atividades e não pode, por certo, acompanhar os passos de cada um dos seus auxiliares. Seria, então, o caso de ser levado em conta um julgamento da Oposição, relativamente a cada um dos funcionários, a cada um dos ministros do Governo. Se a Oposição não atacasse o Governo sistematicamente, por uma questão de ser Oposição, facilitaria muito a administração federal, facilitaria muito a ação do Presidente da República, no sentido do seu conceito a respeito de muitos administradores que, até mesmo nós achamos, vivem montados na fortuna e vaquejando a felicidade, sem se preocupar muito com os destinos do Presidente João Figueiredo, cujo Governo, desde o início desta Legislatura, nós aplaudimos com muita honra, inicialmente pelo seu posicionamento em favor da atividade agropecuária, em seguida pelas suas manifestações de abertura democrática, de garantia política, enfim, na colocação da sociedade brasileira numa posição humana e satisfatória.

De modo, Sr. Presidente, que, nestas nossas ligeiras e pretensiosas palavras, o que queremos é convocar a Oposição para um acerto de contas desta natureza e, ao mesmo tempo, manifestar as nossas congratulações e a grande satisfação pelo retorno do Presidente João Figueiredo à Presidência da República e agrade-

cer ao Presidente em exercício, Dr. Aurelano Chaves, pelo que S. Ex.^a fez, em harmonia de vistos com o Presidente efetivo, pela paz deste País, pelo seu desenvolvimento e sua grandeza. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nesta hora, em que alguns setores do Poder procuram impor medidas que impeçam a livre manifestação das eleições em 1982, nós queremos trazer, aqui, uma contribuição de um companheiro de partido, o Partido Democrático Trabalhista, de Niterói, Dr. Jofre Teixeira, para a simplificação das eleições de 15 de novembro de 1982. O nosso companheiro Jofre Teixeira apresenta um esquema para votação da eleição de governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador, de uma forma bem simplificada. Essa sugestão do companheiro do PDT nós desejamos inseri-la no Diário do Congresso Nacional para servir de contribuição ao Superior Tribunal Eleitoral, no sentido de aperfeiçoamento do processo eleitoral.

Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a a transcrição desse modelo da cédula eleitoral para as eleições de 1982, a fim de ser transcrita nos Anais desta Casa. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ FREJAT EM SEU DISCURSO:

CN-159

<i>Documentado a 10/11/81 e refero o Sr. José Frejat</i>						
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL						
ESTADO:	Zona					
MUNICÍPIO:	Seção					
PRESIDENTE						
MESÁRIOS	1º SECRETÁRIO					
2º SECRETÁRIO						
PARA GOVERNADOR						
1	NOME					
LEGENDA (S)		NUMEROS				
PARTIDO (S)	1	2	3	4	5	6
PARA SENADOR		LEGENDA (S)		SUBLEGENDAS		
2	NOME		1	2	3	
PARTIDO (S)						
PARA DEP. FEDERAL		LEGENDA		NÚMERO		
3	NOME					
PARTIDO						
PARA DEP. ESTADUAL		LEGENDA		NÚMERO		
4	NOME					
PARTIDO						
PARA PREFEITO		LEGENDA (S)		SUBLEGENDAS		
5	NOME		1	2	3	
PARTIDO						
PARA VEREADOR		LEGENDA		NÚMERO		
MESA APURADORA	NOME					
MESÁRIOS	Presidente					
	1º Secretário					
	2º Secretário					
	1º Apurador					
	2º Apurador					

VANTAGENS DA "CÉDULA ÚNICA"

- 1 — Fácil de votar
- 2 — Ainda mais fácil de apurar
- 3 — Econômica para a Nação e para os Candidatos
- 4 — Não haverá necessidade de que as próximas eleições sejam realizadas em duas datas
- 5 — Oportunidade para que todos os eleitores possam exercer um direito constitucional que é votar livremente
- 6 — Validade do pleito eleitoral
- 7 — Para que as eleições possam ser limpas, honestas e verdadeiras
- 8 — Para que os mandatos sejam realmente representativos
- 9 — Colaboração com a Justiça Eleitoral
- 10 — Para consolidar a democracia que o povo deseja e que o Sr. Presidente da República diz tanto almejar fazer desse País uma verdadeira democracia.

"CÉDULA ÚNICA"

Proposta pelo Dr. Jofre Teixeira

Partido Democrático Trabalhista — Niterói

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — V. Ex.^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORACIO ORTIZ (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há três dias, no dia 9 passado, assistimos, como Presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, a uma solenidade que se constituiu na entrega da lâurea do Engenheiro Agrônomo do Ano, entregue pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo ao Agrônomo José Gomes da Silva.

O Agrônomo José Gomes da Silva é um excepcional brasileiro, que já foi Presidente da ex-Superintendência de Política Agrária, SUPRA, em 1964, foi membro do grupo de trabalho que elaborou a regulamentação do Estatuto da Terra, é um especialista em reforma agrária do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

José Gomes da Silva, através de um depoimento demonstrou que:

“... a política agrícola brasileira está inteiramente equivocada e promove, a cada ano, maior concentração da propriedade rural.

Didaticamente, não existem vários critérios de reforma agrária, salientou o técnico. A seu ver, ela consiste, basicamente, na transferência da propriedade da terra de quem a tem apenas para especulação ou reserva de valor para aquele que quer trabalhá-la. “Para realizá-la, é suficiente pôr em uso os dispositivos previstos no Estatuto da Terra”, votado durante o governo do presidente Castello Branco, e do Ato Institucional n.º 9, baixado pelo presidente Costa e Silva. Esses instrumentos permitem a desapropriação com títulos da dívida pública de áreas onde existem tensões sociais, no prazo de 48 horas. “É uma legislação das mais completas da América Latina, mas que só em raras ocasiões chegou a ser utilizada, assim mesmo em áreas restritas”, disse o agrônomo.

Segundo levantamento realizado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária, informou Gomes da Silva, 85% das terras agricultáveis do País estão enquadrados legalmente dentro dos critérios onde deveria ser feita a reforma agrária.”

E, Sr. Presidente, o próprio engenheiro agrônomo laureado pronunciou-se cético quanto a essa lei que prevê o usufruível que o nosso Presidente encaminhou a esta Casa.

Nós, realmente, ainda temos um pouco de esperança, porque é uma iniciativa, afinal, uma demonstração de boa vontade do Governo, e outra tentativa de solução do problema. Nós apresentamos, inclusive, como colaboração a esta Casa e ao País, cerca de quatro emendas do ilustre Senador Jutahy Magalhães que as está analisando — inclusive S. Ex.^a achou válida uma delas.

A nossa emenda obriga o Governo ou o Conselho de Segurança Nacional, 60 dias após a aprovação da lei, a publicar, para conhecimento total do País, quais são as áreas de segurança.

Nós sabemos que a Constituição prevê terras públicas da União que são de duas categorias: as terras de segurança nacional e as terras de interesse econômico para o desenvolvimento

nacional. As de segurança nacional, somente o Conselho de Segurança Nacional é que sabe, os critérios são desconhecidos. Sabese que são 100 quilômetros laterais às rodovias, nas áreas da Amazônia, ou, então, 150 quilômetros das áreas limítrofes do País.

Mas isso tem que ser definido, porque como poderemos dar um módulo rural para um trabalhador que lá está há cinco anos, se não temos definidas quais são essas demarcações?

Nós queremos, Sr. Presidente, dizer que outras emendas que apresentamos são importantíssimas, esperamos que o relator, o nobre Senador Jutahy Magalhães, se sensibilize por elas.

A segunda é no sentido de que o INCRA, que todos nós sabemos que tem uma receita maior que cerca de três ou quatro Ministérios, inclusive o Ministério da Saúde, utiliza 10% da sua receita exclusivamente na discriminação das terras.

A terceira emenda nossa, que acho importantíssima também, é que o Governo, através deste trabalho organizado e racional do INCRA, constitua um necessário cadastro geral de terras do País, permitindo a eliminação dessa enorme conturbação que existe.

Hoje, como os Srs. Congressistas sabem, através dos computadores é possível até reconstituir mapas, é possível até fazer desenhos geográficos. Então, um centro de computação de dados pode, inclusive, conter os limites das propriedades agrícolas, em todo o País, eliminando essa conturbação geral que existe.

A outra emenda nossa, a quarta emenda, é no sentido de que os posseiros, que queiram, através dos benefícios dessa lei, serem empossados legalmente na terra que ocupam, poderão contratar equipes topográficas e equipes técnicas, às próprias custas, para que, através da fiscalização do INCRA, o processo topográfico, o processo prático de delimitação da área seja definido. É uma forma, Sr. Presidente, de eliminar a tremenda burocracia que existe e que é o empecilho máximo. Não adianta autorizar o posseiro a ter direito àquela terra se ele não tem condições de efetivar essa propriedade. Então, essas emendas são importântissimas.

Queríamos dizer, Sr. Presidente, que não somos contrários; somos favoráveis ao aprimoramento dessa lei. Como Deputado do PMDB, engenheiro civil, conheço o problema agrário, que é seriíssimo, e acho que a única forma de este País evoluir é através da exploração racional da agricultura, dando terra ao pequeno produtor.

Querímos dizer que no mês de junho, quando estivemos no Japão, tivemos conhecimento, aliás, de forma agradabilíssima, que naquele país foi, exatamente, quando da sua invasão e consequente ocupação, presidida por Mac Arthur, que se fez a reforma agrária. Cerca de duas centenas de famílias, há séculos, eram donas de todas as terras do Japão, e, através de uma lei, Mac Arthur deu a propriedade para os pequenos posseiros que lá estavam há centenas de anos. Por meio de um preço fixo, pagou aos proprietários, e os posseiros tiveram as suas propriedades.

Isto possibilitou o enorme desenvolvimento agrícola do Japão, que conseguiu produzir produtos para a sua subsistência, uma vez que, naquela época, já estava com seu povo começando a passar fome. Isto é uma demonstração de que um país capitalista como os Estados Unidos conseguiu introduzir uma solução socialista no Japão, permitindo resolver o seu problema agrícola.

Nós temos as mesmas condições de resolver este problema neste País, e é o que esperamos, através da reformulação do projeto governamental, por meio do substitutivo do nobre Senador Jutahy Magalhães. Era o que tinha a dizer! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Presidente João Figueiredo já está no exercício da Presidência da República. É uma notícia auspiciosa que pretendemos registrar nos Anais da Casa, como por igual outros Deputados o fizeram, inclusive ilustres membros da Oposição. Sua Exceléncia, o Senhor Presidente João Figueiredo, que ao se internar no hospital deixou a Nação em suspense, volta agora em plena saúde e deixando a Nação contente e feliz. Sua Exceléncia, em pouco tempo, conquistou a simpatia e o aplauso da Nação pela sua simplicidade, pela sua lealdade, pelo homem do povo que jamais deixou de ser, embora ocupando o mais alto posto da República.

É, pois, com satisfação que registramos este fato auspicioso, ao tempo em que consignamos o nosso aplauso ao Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, que, como substituto do Presidente João Figueiredo, soube exercer, nesta sua interinidade, com dignidade, com zelo, com bom-senso, equilíbrio e compostura a Presidência da República.

Não houve, pois, solução de continuidade neste espaço de tempo em que esteve afastado da Presidência da República o Presidente João Figueiredo.

Demonstrou-se, assim, que o País está na sua rota certa e segura da democracia e da abertura democrática. E, pois, com especial agrado que saudamos o Presidente João Figueiredo no seu retorno à Presidência da República, certos e convencidos de que Sua Exceléncia vai prosseguir na rota a que se traçou, de exercer bem o cargo que lhe foi destinado, insistindo no aperfeiçoamento da nossa democracia.

É bom que se sublinhe que está na Casa projeto de reforma eleitoral e, por certo, outras proposições virão. São propostas, são projetos que não objetivam satisfazer apenas a um partido, o partido do Governo, porque nós sabemos que na adversidade que é o Brasil não ensejarão a oportunidade de uma providência legal para favorecer ao partido do Governo, porque se muito o favorecerão em umas áreas, mas em outras o prejudicarão, favorecendo à Oposição.

É nosso espírito de que devamos prosseguir nesse processo e nessa reforma, quem tem inteiro cabimento, não só porque o Brasil é um País jovem mas, como também jovem é o nosso direito eleitoral, ensejando pois essa dinâmica, essa modificação, essa transformação perfeitamente compreensível em cada eleição.

Estamos certos de que a Oposição compreenderá este nosso desejo e haverá de somar esforços conosco, numa demonstração de que estamos alinhados no maior propósito que é o do Presidente da República, de assegurar a todos os brasileiros os direitos e as garantias individuais, que estão não só escritas na nossa Constituição, mas que são normas supranacionais, porque constantes de Declarações de Direitos de várias nações e de vários países.

Assim, Sr. Presidente, o nosso registro é para nos regozijarmos com a volta do Senhor Presidente da República, o Sr. João Figueiredo, e parabenizar o Vice-Presidente Aureliano Chaves pelo acerto das suas providências à frente da Presidência da República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Garcia, último orador inscrito.

O SR. HÉLIO GARCIA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Minas Gerais foi abalada, no último dia 11 de outubro, com o desaparecimento repentino e inesperado de um de seus mais ilustres filhos, o Sr. Geraldo Dias.

Poucas mortes, em que pese o celeiro rico de homens notáveis de nosso Estado, estremeceram tanto os alicerces de nossa sociedade, pela estima, pelo carinho e reconhecimento que o nosso povo dedicava àquele coestaduano.

Filho de tradicional família mineira, cujo pai, o saudoso Juventino Dias, era, justa e significativamente, considerado como um dos pioneiros da industrialização mineira, o Sr. Geraldo Dias, desde moço, denotava sua irresistível vocação para tudo que importasse no crescimento e no desenvolvimento de Minas Gerais.

Empresário dos mais atuantes, dedicando-se integralmente a sua atividade, como industrial, foi o Sr. Geraldo Dias, também, além de tantas outras iniciativas, um dos responsáveis, juntamente com seu pai e seus irmãos, pela instalação da Companhia de Cimento Portland "CAUE", a cuja frente, pelo tirocínio, pela experiência e pelo sacrifício, soube levar, com êxito, tão importante empreendimento.

Não obstante tanto esforço, tanto trabalho e tanta abnegação às suas empresas, era o Sr. Geraldo Dias, ainda, o cidadão prestativo e participante e o chefe de família dedicado e exemplar.

Sua vida foi, pois, o modelo a ser seguido por todos os seus coestaduanos, já que sua atuação em todos os setores da comunidade, seja social, cívico ou empresarial, foi marcada pelos mais relevantes serviços prestados a Minas e ao Brasil. Sua abnegação e o seu trabalho pela consolidação e pelo crescimento da indústria cimenteira no País levaram-no a participar, sempre, de grandes empreendimentos pioneiros do setor e o motivaram a ser um atuante representante dos empresários mineiros.

Perde Minas um de seus grandes filhos. Perde o Brasil um dos seus maiores incentivadores de seu progresso e de seu desenvolvimento.

Resta-nos, no entanto, a certeza de que seu trabalho não foi em vão; que sua luta não foi inútil; que seu sacrifício não se esvaiu com o seu desaparecimento. Isto porque sua vida, ceifada pelos desígnios de Deus aos 54 anos, será para nós mineiros, e de resto para todos os brasileiros, o maior e o melhor exemplo de altitude, de honra e de dignidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição n.os 38, de 1981, que altera dispositivos da Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal; e 40, de 1981, que estabelece a eleição de três senadores pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 39, de 1981, que introduz alterações ao art. 176 da Constituição, dispondo sobre provimento e ascensão aos cargos de carreira do magistério, tendo

PARECER, sob n.º 96, de 1981-CN, da Comissão Mista, pela aprovação da proposta, vencido o Senhor Senador Aloysio Chaves.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada. A proposta de emenda à Constituição exige "quorum" qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 299.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

3.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

AS 19:00 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabrel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilhena — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canellas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Saldanha Derzi — José Richa — Leite Chaves — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Morais — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosadó — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flúiza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rolemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hildércio Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrão — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felippe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Darío Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival

Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemberg Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Silvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marciilio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octávio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Côdo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saravia — PMDB; Iturval Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Lourenço Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiro — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir

Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 394 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo à palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDAO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Os jornais publicaram a conferência do Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto, no Senado Federal.

Demonstrou, S. Ex.^a, mais uma vez, o seu otimismo quanto à situação financeira do País e afirmou que de agora por diante, as terras de nosso território vão ser irrigadas, de certo parceladamente mas, que todas as regiões seriam atendidas.

Isto é motivo de satisfação, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, porquanto nós, desta tribuna, já reclamamos do Ministério do Planejamento e de outros setores da Administração Federal, o aproveitamento das nossas águas, da nossa bacia hidrográfica no Nordeste, principalmente naquela região do Piauí, onde existe o Rio Parnaíba e que, com os seus afluentes, poderia irrigar grandes áreas, permitindo, portanto, a sustentação das nossas populações, e evitando os seus deslocamentos para outras áreas do Brasil.

Sr. Presidente, nós mesmos, nesta Casa, lutando por um empreendimento de fundamental importância para a nossa Região, que foi a Barragem de Boa Esperança, a Hidrelétrica de Boa Esperança, objetivávamos o binômio energia-irrigação; tivemos a energia que atendeu a todas as nossas cidades, a todos os nossos municípios do nordeste ocidental. Foi feita uma parte da eletrificação rural, mas se impunha, Sr. Presidente, que fosse completada, para atingir as fazendas, sítios, e alcançar todas as glebas.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que, nada, quase nada se fez no sentido da irrigação das nossas terras. E, por isso mesmo, empreendimentos dessa natureza, não podem devolver o que foi gasto pelo Tesouro para sua realização. Seria a devolução do dinheiro que o Tesouro empregou se as nossas terras fossem irrigadas e, ademais, elas poderiam fornecer o alimento às nossas populações, numa época de carência como a que vivemos.

De modo, Sr. Presidente, que queremos, desta vez, nós que temos criticado a insensibilidade do Ministro Delfim Netto, em relação à nossa Região, apoiá-lo a sua iniciativa, desde que ela alcance a nossa área. É isto que esperamos.

Temos o rio Parnaíba, no Piauí, com todos os seus afluentes pelo lado do Maranhão, e pelo lado do Piauí, uma portentosa bacia hidrográfica que, se trabalhada, se levado a efeito um plano de irrigação, irá suprir de alimentos não somente o Nordeste como também a outras áreas do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Silva, esclarecendo que às 19 horas e 30 minutos termina o período de breves comunicações, e temos aqui inscritos 9 Srs. Congressistas. Então, gostaria que cada companheiro fosse compreensivo com a Mesa e reduzisse de 5 para 2 minutos o seu tempo.

O Sr. Walter Silva — Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Muito obrigado.

O SR. WALTER SILVA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Vinte e seis anos não são, afinal, tempo tão longo na vida de um país, nem suficientes para mudar de tal maneira as pessoas que não se as reconheçam mais.

Este registro, no entanto, não vale para o Brasil pós-64, levado à bancarrota pelos mesmos homens, ou seus seguidores, que a 11 de novembro de 1955 tiveram seus impulsos golpistas contidos por um militar da mais alta estirpe, o General Henrique Duffles Teixeira Lott, hoje banido e esquecido, mas garantidor de um período presidencial civil no qual mais liberdade se respirou, quiçá em toda a História do Brasil.

Faz exatamente 26 anos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas que se advogava neste mesmo Congresso Nacional um imediato golpe militar, porque só os militares tinham "força para calar a

mazorca, a imundície dos nossos costumes políticos", Rodrigues Alves Filho, em artigo intitulado "Democracia Corrompida ou Golpe de Estado?", assegurava que "o voto não resolve, porque não se trata de dar ao povo meios para escolher gente decente".

A 3 de outubro, contudo, os eleitores compareceram às urnas e elegeram Juscelino Kubitschek e João Goulart. Os advogados do golpe começaram a se fazer ouvir, à medida em que o resultado começava a definir-se. Carlos Lacerda apelava para "quem tem nas mãos a força capaz de decidir a questão. Basta que ouçam a voz do seu patriotismo e não a dos que falam em legalidade para entregar o Brasil a contraventores e criminosos do pior dos crimes, que é o de enganar o povo com o dinheiro que lhe roubam". A Cruzada Brasileira Anticomunista colocava anúncios nos jornais, exigindo que Juscelino e Jango não tivessem permissão para assumir os cargos para os quais haviam sido "indevidamente eleitos", porque, além de serem apoiados pelos comunistas e não alcançarem uma maioria absoluta, seus votos vieram de um eleitorado "formado pela massa ignorante, sofredora, desiludida, trabalhada pela mais sórdida das demagogias e envenenada pela propaganda solerte do Partido Comunista". Lacerda estava em contato com um grupo de militares jovens — hoje mais do que encanecidos — que esperava poder convocar os generais a intervierem diretamente. Quem não se lembra da Carta Brandi?

Mamede apregoava que seria uma "indiscutível mentira democrática", se o regime presidencial, que traz uma "enorme soma de poder concentrada nas mãos do Executivo", pudesse suportar "uma vitória da minoria" na posse "do mais alto mandatário da Nação".

Na manhã de 3 de novembro, o Presidente Café Filho sofreu um ataque cardíaco e foi para o hospital, delegando seus poderes ao Presidente da Câmara, Carlos Luz. Seis dias depois, Lott via frustrada sua intenção de punir o General Mamede e, a 10 de novembro, era substituído no Ministério da Guerra por Flávio de Castro.

Mamede, é de se recordar, estava na Escola Superior de Guerra, comandada pelo General Golbery do Couto e Silva...

Tão logo sua demissão se tornou pública, Lott mobilizou o comando do Exército no Rio, depôs Carlos Luz e pôs a correr, no "Tamandaré", o grupelho golpista. Estava assegurada a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, e a vigência da Constituição.

Vinte e seis anos se passaram, Sr. Presidente, e se nos perguntarmos onde estão os passageiros do Tamandaré e seus seguidores, veremos que continuaram eles por aí, a rasgar Constituições, editar atos institucionais, a regalar-se com o poder que usurparam a 31 de março de 1964.

É por isso mesmo que lembramos o 11 de novembro, Srs. Congressistas, para que daqui a um ano, a 15 de novembro, as nossas massas sofredoras, desiludidas, trabalhadas pela demagogia, não se esqueçam de repudiá-los nas urnas. Muito Obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Aluizio Bezerra. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Com a palavra o nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Oxalá esteja eu errado. Mas o Congresso Nacional, que há duas semanas deu duas lições de brasiliadade, pela comunhão dos dissidentes do PDS e os que votavam pelas Oposições, hoje corre o sério risco de deixar no ostracismo, ou sofrer, como bem lembrou um colega parlamentar, sofrer uma recaída em relação ao seu marasmo. Brasília está representada por nós outros Congressistas, em relação aos Estados, mas aqui em Brasília residem todos os brasileiros, do Olápoque ao Chul, e esses homens e mulheres, com mais de 18 anos, não têm o direito de voto. Não se aperceberam, ainda, alguns Congressistas que dar representação política ao povo de Brasília é dar representação política ao Brasil.

E tenho a impressão, Sr. Presidente, de que vamos ter que estudar pelas nossas Lideranças e, fundamentalmente, até as Lideranças do Governo, e trazer para uma Casa cheia o direito de voto, a quem reside no coração do Brasil.

Desta forma, Sr. Presidente, espero estar errado no momento da votação, mas se hoje não tivermos número legal, para aprovar o direito de voto ao povo de Brasília, estaremos dando ao Congresso Nacional uma séria recaída em relação ao marasmo em que vivia.

E acho que todos os brasilienses, acho que o povo de Brasília, que é o povo brasileiro legitimamente representado, deve lembrar dos ausentes e avisar aos seus respectivos Estados de que, realmente, eles só querem voto onde ainda exista voto para o próprio parlamentar.

É a cobrança que eu faço, uma cobrança que me dou o direito de fazer, porque aqui permaneço para votar, para que Brasília tenha a sua representação parlamentar. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluizio Bezerra, anteriormente chamado.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

É evidente que a presença dos parlamentares do Partido do Governo nesta Casa não mostra a disposição da aprovação da emenda constitucional que assegura o direito da população do Distrito Federal ter representantes ao nível da Assembléa Legislativa, na Câmara Federal e no Senado da República.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no momento em que se discute a abertura política, para o País, não há como se entender que o Governo não esteja de acordo em dar oportunidade a que a população do Distrito Federal tenha seus legítimos representantes nesta Casa.

Mais de um milhão de habitantes têm o seu direito do voto cassado em pleno momento de abertura política. E por que, Sr. Presidente? É porque aqui, no Distrito Federal, certamente o Governo sabe que não contará com o apoio da população do Distrito Federal para manter o regime de opressão, o regime da fome, da miséria, e o modelo político autoritário que pretende, com a maioria de forma artificial neste Parlamento.

Ora, é isso que se discute; é isso que neste instante a população do Distrito Federal está aqui para cobrar, está aqui para exigir, para ver a coerência de por que os representantes que aqui — estou certo — a população de todos os Estados do Brasil não delegaram competência aos parlamentares do Governo para negarem ao povo do Distrito Federal de ter representantes também aqui nesta Casa.

E quando o Governo alega que o analfabeto não tem o direito de votar, e quando se diz que não se dá ao analfabeto o direito de votar, não acredito que o Governo queira dizer que a Capital da República, um dos índices de maior alfabetização deste País, não tenha também o direito de votar. (Muito bem! Palmas.)

E, assim, Sr. Presidente, isso mostra o aspecto casuístico e a cassação de votos que se faz à população do Distrito Federal. Estamos vendendo vazias as cadeiras que deveriam ser ocupadas pelos parlamentares do Governo, mas não sabemos se os parlamentares do Governo cumprem, aqui, uma função que o povo delegou, ou se cumprem uma função dos altos tecnocratas e dos autoritários dirigentes deste País; se obedecem à determinação do povo que é a de redemocratizar este País, ou se obedecem aos ditames do centro do poder autoritário de manter cassado ao povo do Distrito Federal o direito de votar, o direito de ter seu representante, de uma Assembléa Legislativa, na Câmara Federal e no Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O povo do município de Ouro Preto, em Rondônia, vem denunciando com insistência e corrupção e os desmandos que tomou conta da administração distrital e agora da própria Prefeitura recém-criada.

O povo indaga, por exemplo, pela origem dos recursos com os quais a Sra. Dirce Maria Cunha Amaral, nas funções de Secretária de Educação do Município, constrói uma bela mansão. A seu respeito denunciam mais:

"É a maior personalidade local no que se refere a perseguição dos menos favorecidos pela sorte e que não tiveram o privilégio de pertencerem a sua família, pois a referida senhora está formando uma verdadeira filiopatologia no âmbito da Prefeitura Municipal desta cidade. Por outro lado, é vergonhoso o estoque de leite "Ninho" que pode ser facilmente encontrado em sua residência particular, quando o certo seria essas latas estarem noutro local, isto é, nas escolas rurais, locais estes para onde foram destinadas, mas que por interferência da "Prof. Dirce", não chegaram e nem chegarão pelo visto pois fatalmente serão desviadas para locais escusos."

Permanece sem explicação as suas transações com a compra de um lote na linha 60 — via 81, no Projeto Ouro Preto.

O povo denuncia a falta de identificação política do prefeito Alton Casales para estar a frente da Prefeitura, além de seu notório despreparo para o cargo.

Chegou ao conhecimento público o grande número de banquetes que lhe são patrocinados pelo grupo de seus protegidos.

A construção de uma mansão pelo Prefeito usando para isso trabalhadores pagos pelos cofres públicos é motivo de indignação

da população que não foi chamada a votar na escolha deste Prefeito. Além do carro novo do Prefeito, a população denuncia que o mesmo é abastecido através de requisições da própria prefeitura, além de inúmeras outras corrupções.

O povo indaga: — Onde vai o dinheiro que pagamos em impostos e que deve ser-nos devolvido em médicos, remédios, ruas arborizadas e iluminadas?

O povo de Ouro Preto tem que se manter unido e fiscalizar os atos corruptos e brutais desta prefeitura, isso deve fazer parte de nossa caminhada nos dias que se seguem para que não sejamos covardes e lutemos pela justiça.

Como já é do conhecimento de toda a população de Ouro Preto que o Sr. Ailton Casalles e os pretensos candidatos a prefeito pelo PDS de Ouro Preto, Dr. Haroldo e Dr. Benito, ambos engenheiros agrônomos da SEAC local, arrecadaram de colonos no ano passado a quantia de Cr\$ 250.000,00 sob o pretexto da construção de estradas vicinais. Receberam quantia de colonos que até hoje caminham 20 a 30 quilômetros a pé, com um cacaio nas costas. Eles não têm dimensão deste sofrimento, muitas vezes esses colonos só vêm a cidade de seis em seis meses.

Agora nesta fase política o Sr. Haroldo, pretendido candidato a prefeito, vai nas linhas de vários projetos, mentindo para os colonos cinicamente, dizendo que é ele quem libera financiamentos para os colonos das seguintes culturas: cacau, café e seringueira. Verifiquem a tamanha máscara que reveste este político, pois sabemos que o financiamento do cacau é de exclusividade da CEPLAC, as demais culturas através do Banco do Brasil e Amazônia S/A, através de projetos elaborados pela ASTER. O Dr. Haroldo deveria ter mais consciência dos papéis que ele aprontou com o dinheiro arrecadado dos colonos e dizer aos mesmos que este dinheiro ele comprou e aplicou nos dois lotes que possui. O mais grave do problema é que o Dr. Haroldo, Dr. Benito, Ailton Casalles e Dirce, Maria da Cunha Amaral só se aproveitam do sofrimento de quem está sofrendo, eles não se satisfazem com o sofrimento de quem está na miséria. O Sr. Benito, com o dinheiro dos colonos, também conseguiu se fazer comprando lote e montou uma indústria de móveis. O Sr. Expedito, executor local do INCRA, além de sócio de uma clínica local, possui uma mansão feita na cidade com material do INCRA, juntamente com o Dr. Haroldo invadiram na área urbana desta cidade cinco alqueires cada um, dentro da reserva que diz pertencer ao INCRA, com boas casas edificadas nestas chácaras.

Os colonos pedem a estes quatro pseudo-líderes: Dr. Haroldo, Dr. Expedito, Dr. Benito e Ailton Casalles, que quando forem nas glebas levem mensagens dignas de serem ouvidas e que digam a eles a forma e a maneira como gastaram o dinheiro arrecadado. O que interessa a esses homens não é verem uma cidade com uma massa popular satisfeita, o que interessa a eles são os seus cofres.

O que se passa hoje em Ouro Preto D'Oeste é o retrato da real situação de corrupção e desvios que vem acontecendo em todos os municípios de Rondônia. Essa corrupção já foi por nós denunciada e não respondida. Não se viu e nem se leu a defesa dos prefeitos de Vilhena, Pimenta Bueno, Ariquemes, Cacoal e Ji-Paraná.

Esse é o resultado escabroso da deformação política de Rondônia que como território não pode eleger seus prefeitos municipais e esses municípios ainda se encontram em situação pior pois nem Câmaras de Vereadores tem.

Cabe pois ao povo fiscalizar essas administrações formadas à sua revelia e abusando os cargos que ocupam.

O PMDB sempre combateu e denunciou à Nação os desmandos e os desvios que vêm se verificando atualmente na área municipal do território de Rondônia. Centenas de denúncias como esta já fizemos nesta Casa e nenhuma providência moralizadora foi adotada. Até quando...

Permanece o escândalo da ausência de publicação de prestações de contas e dos balancetes das prefeituras de Rondônia. Como já denunciei inúmeras vezes, esses documentos devem ser publicados por força de lei. Em Rondônia eles são ultra secretos. Veja-se por exemplo a publicação desta resolução do Conselho Territorial aceitando as contas da Prefeitura de Pimenta Bueno. Publicase a Resolução e não se dá conhecimento das contas e balancetes. É cômico, mas é verdade. Verbis:

"Ministério do Interior
Território Federal de Rondônia
Gabinete do Governador
Conselho Territorial de Rondônia

Resolução n.º 013 de 10 de setembro de 1981, do Conselho Territorial Federal de Rondônia.

O Conselho Territorial do Território Federal de Rondônia, tendo em vista o que estabelece o § 3.º do art. 49, da Lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977,

Resolve aceitar as Contas do exercício de 1980 da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, tendo por base os relatórios de auditoria da Secretaria de Controle Interno do MINTER, que integram os respectivos processos.

Porto Velho, 10 de setembro de 1981
Conselho Territorial de Rondônia
José Gomes de Melo
Roberto da Costa e Silva Puglin
Jofre Gil da Silva
Wadih Darwich Zacharias
Nagib Jorge Badra."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JORGE KALUME — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas eleitos pelo povo, e demais funcionários da Casa:

Os brasileiros estão na busca de votar, estão na busca do direito de ter representantes. O povo brasileiro está castrado nas suas perspectivas, não consegue eleger o Presidente da República, e a população de Brasília faz parte dessa grande castração, dessa grande frustração nacional de não poder participar das decisões da sua região, do seu Estado, do seu País. Este Congresso Nacional tem o dever de restabelecer a ordem neste País, tem o dever de restabelecer a credibilidade do poder político. Não se trata de dar o voto aos brasilienses apenas como uma benesse, porque eles não esperam por benesses. Os brasilienses, como todos os brasileiros, querem ter o direito de participar, querem ter o direito de votar, de decidir e de escolher. Não são brasileiros de segunda classe, não são brasileiros com *capitis diminutio*, têm que ser respeitados.

Chegou a hora deste Parlamento, na sua integridade, respeitar a população de Brasília. Não é possível que Senadores e Deputados não compareçam ao Plenário para votar as emendas constitucionais, apenas porque o Governo não quer, porque o Governo tem medo de voto, porque o Governo tem medo de manifestação popular, porque o Governo tem medo de candidatos, porque o Governo tem medo de debates! (Palmas prolongadas.)

O Parlamento precisa dar essa demonstração, porque é ele que vai assegurar esse direito dos brasilienses votarem, votarem para participar das decisões deste País, um país que está anarquizado pela desidízia, pela incompetência, pela inoperância, pela incapacidade, pela irresponsabilidade, pelo impatriotismo daqueles que detêm o Governo! É o Congresso que tem que decidir.

Sei que tenho que encerrar, Sr. Presidente, para cumprir a ordem, mas o Congresso tem que votar para cumprir o respeito e a responsabilidade que tem perante a Nação. Vou encerrar, mas lembro a V. Ex.^a e aos Parlamentares do Governo que essa luta não se encerra pelas suas ausências, essa luta não se encerra pela irresponsabilidade do Governo, essa luta não se encerra porque temos um Governo comprometido com o capital internacional e com medo dos brasileiros. Os brasilienses ainda vão votar! (Muito bem! Palmas. Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Mesa, em que pese o respeito às pessoas que se encontram nas galerias, faz questão de dar ciência da prescrição regimental:

Art. 207. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprevação ao que nelas se passar.

Então, faço um apelo à galeria, no sentido de se manter silenciosa, com o respeito que todos nós desejamos. É o apelo que faço aos patrícios e patrícias que se encontram nas galerias: que se mantenham silenciosos, sem aplausos, apenas ouvindo. Muito obrigado pela compreensão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto, que disporá de apenas um minuto, em virtude de só termos mais cinco minutos e cinco oradores inscritos.

O SR. JACKSON BARRETO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nossa palavra, nesta sessão histórica do Congresso Nacional, é de apoio a essa reivindicação democrática do povo de Brasília, de querer votar. Não se admite nesta fase de transição democrática, onde o povo brasileiro, com o sacrifício daqueles que foram exilados, cassados, torturados, assassinados e mutilados por esse regime, não possa hoje ter o direito que é nato de qualquer país que queira passar por democrático. O povo de Brasília quer votar e estamos aqui, em nome das oposições brasileiras, para realizar esse desejo democrático, justo e amplo do povo brasiliense que, hoje, já conta com quase 500 mil eleitores e não se admite que esta população não tenha o direito de ter os seus representantes.

Relembro, aqui nesta Casa, que o antigo Distrito Federal, o Rio de Janeiro, tinha os seus representantes no Congresso Nacional, Senadores e Deputados, e a sua Câmara Municipal. Por isso, não podemos admitir que, neste momento histórico que a Nação atravessa, Brasília fique impedida de votar, pela posição sistemática desse Governo reacionário que não quer ser julgado pelo povo de Brasília nas urnas de 1982.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas. Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Mais uma vez faço um apelo às galerias: se se repetirem as palmas, cancelo a sessão. É o apelo que faço aos meus patrícios e patrícias. É a última vez que eu falo, porque se se repetirem, eu cancelo a sessão. Eu me retiro.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Philippe Penna.

V. Ex.^a tem um minuto, para atender aos demais colegas. Apelo para sua compreensão.

O SR. FELIPPE PENNA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apenas para dizer que a Direção da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior e Dirigentes de Associações de Professores das Universidades Federais Autárquicas decidiram ontem fazer uma greve; hoje, já estão em greve as Universidades da Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Juiz de Fora, Fluminense, Rural do Rio de Janeiro, Para e a de Minas Gerais que, segundo fui informado, também está em greve. Há uma greve geral, e por quê? Porque os professores desejam basicamente a reposição salarial e a correção semestral que é, no final das contas, baseada no direito humano básico da moeda estável, que não lhes é consagrada pela política econômica do Governo.

O Sr. Ministro Rubem Ludwig, normalmente bem informado, pede aos professores que voltem às aulas e pede à maioria silenciosa dos professores que espere uma solução do problema. Pede à maioria dos professores que espere, da mesma maneira como pede à população de Brasília que espere o momento em que ela possa se manifestar livremente.

De modo que eu queria consignar a minha solidariedade aos professores que estão em greve e um protesto contra a maneira como o Governo tem conduzido a questão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Khaïr.

O SR. EDISON KHAIR (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Brasília espera há 21 anos pela sua independência. Portanto, não devemos fazer com que ela espere, sequer, um minuto a mais. Representação política para Brasília! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Santillo.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Líder do PDS, Deputado Cândido Sampaio, concedeu uma infeliz entrevista hoje, a imprensa nacional, dizendo que ainda não será desta vez que Brasília vai ter a sua representação, que não é hora, ainda, de Brasília ter a sua representação.

Quem vai decidir, Sr. Presidente, se Brasília vai ou não ter a sua representação, é o Congresso Nacional e, consequentemente, o povo de Brasília já decidiu antecipadamente. O Congresso Nacional apenas está na obrigação de homologar a vontade popular.

Brasília quer eleição! O povo de Brasília quer eleição (Palmas), e peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que seja complacente com essa gente. O Governo tirou-lhe o direito de voz, o direito de agir e o direito de escolher os seus representantes. Que pelo menos V. Ex.^a, na Casa do povo, permita a manifestação livre e espontânea dos companheiros de Brasília. (Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, vou encerrar: estão enganados os Deputados do PDS, estão enganados os Líderes do PDS que pensam que o eleitorado de Brasília, que o povo de Brasília quer servir de massa de manobra votando em candidatos de outros Estados, aqui; Brasília quer ter a sua representação. Brasília quer eleger os seus representantes, Brasília quer votar mas, também, ser dona do seu próprio destino.

Portanto, não se pode usar o eleitorado de Brasília para servir de instrumento em outros Estados; o eleitorado de Brasília não quer ser bônico, o eleitorado de Brasília quer votar em candidatos de Brasília e, por isso, o Congresso está na obrigação de apenas cumprir o que já é uma decisão de todos: Brasília quer a sua representação política.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Gostaria de dizer ao nobre Deputado Adhemar Santillo que estamos na Casa da Lei e que estamos apenas pedindo para cumprir a lei, votada por nós mesmos. Portanto, por V. Ex.^a e pelo Senado.

O art. 207 proíbe qualquer manifestação das galerias; é o apelo que faço, pela última vez. Se retornar vou encerrar a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Reiteramos o nosso apoio incondicional à emenda do Deputado Alceu Collares e vamos citar apenas, Sr. Presidente, uma frase de Ruy Barbosa que define bem a situação do povo de Brasília:

"Governo que não é eleito pelo povo é como moeda falsa; moeda falsa tem como pena a cadeia; Governo que não é eleito pelo povo tem como pena o repúdio popular."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Fagundes.

O SR. ALDO FAGUNDES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Jornal de Brasília, na sua edição de hoje, informava, na sua primeira página, que o PDS havia decidido que ainda não havia chegado o momento do brasiliense votar.

Confesso a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que não me surpreendi com a informação transmitida. O PDS é o novo nome da ARENA; ARENA foi o partido que por tanto tempo suportou o Governo, defendeu eleições indiretas e Senadores bônicos. Nós, aqui, entretanto, representamos um partido popular, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, um partido que acredita no povo e acredita no voto e tem que democracia e liberdade reposam sobre o consenso popular. Por isso, estamos apoiando a Emenda Constitucional do eminente Colega Alceu Collares, assegurando o voto para o brasiliense. Não é mais possível que o povo de Brasília, esclarecido e politizado, continue sem vez e sem voz. Deixem o brasiliense votar!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Herculino.

O SR. JOÃO HERCULINO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Está falando aqui, agora, alguém que mora em Brasília há vinte anos.

Fixei aqui minha residência, minha família mora toda aqui. Estou falando, pois, um coração brasiliense. Quero fazer um apelo aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados para que votem esta Emenda Constitucional, para que dêem a Brasília, nos seus vinte e um anos, a sua absoluta emancipação.

Brasília não pode continuar mais a ser representada por uma Comissão do Distrito Federal, que não sente Brasília, que não vive Brasília, embora viva dentro de Brasília.

É preciso viver Brasília, conhecer os seus problemas, amar Brasília para poder representá-la.

Eu faço um apelo aos Srs. do Governo que estão aí afora, pelos corredores, aos Srs. do Governo que estão por aí afora nos gabinetes, para que venham votar. Não desmoralizem mais este Governo, já tão desmoralizado por faltar aos compromissos com o povo.

Vamos votar e dar independência a Brasília. Dar a Brasília a sua emancipação, votando as emendas que aí estão.

Sr. Presidente, este é um apelo de coração que faço aos colegas de V. Ex.^a e aos meus colegas desta Casa, para que escrevamos, nesta noite, na História de Brasília, a página memorável, mais querida e mais sentida pelo povo da nova Capital, a Capital de Juscelino Kubitscheck.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 38, de 1981, que altera dispositivos da

Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal, tendo

Parecer Contrário, proferido oralmente pelo Senhor Deputado Djalmão Bessa, em nome da Comissão Mista.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia 5 de novembro, às 11 horas.

Em votação a proposta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceu Collares, para encaminhar a votação.

O SR. ALCEU COLLARES (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional vive hoje um de seus grandes momentos e terá a oportunidade de recuperar a sua imagem, tão desgastada pelo regime autocrático que submeteu esta Casa, a um processo de permanente subserviência. É uma hora importante porque o Congresso terá oportunidade de devolver, a tantos quantos optaram por Brasília, por residir em Brasília, e aqui se encontram já desde há muito tempo. Alguns, inclusive, Sr. Presidente, que para cá vieram, na condição de pioneiros, para construir essa extraordinária e fascinante Capital da República, já repousam definitivamente no Campo da Esperança.

Aqui há uma comunidade consciente, Sr. Presidente, há uma comunidade que paga seus impostos, há uma comunidade que sofre, que é profundamente sacrificada, com a elevação do preço de todos os gêneros de primeira necessidade. Aqui há uma comunidade, como todas as comunidades de todos os Estados, que participa vivamente de todos os momentos da Nação brasileira. Aqui há uma comunidade que está exigindo, hoje, que se lhe dê o direito de votar e de ser votada, que se lhe dê o direito que a todos assiste, na condição de cidadão, de exercerem esse direito, Sr. Presidente, para a escolha de representantes em todos os níveis.

Mas, verifica-se que, além do silêncio a que o regime autoritário submete a comunidade de Brasília, também não está havendo de V. Ex.^a a compreensão e a generosidade necessária para permitir, sequer, que a comunidade que aqui se encontra nas galerias possa aplaudir, possa se manifestar, através do aplauso. (Palmas.) Houve até a proibição, nesta Casa do povo, de que eles pudessem trazer faixas, a manifestação muda da sua vontade, e V. Ex.^a dá a interpretação rígida, rigorosa, dura e inflexível do Regimento, que é feito na época dos regimentos, quando os regimentos estavam nas ruas, o Regimento, que é um ato institucional contra o próprio funcionamento do Congresso Nacional, e V. Ex.^a proíbe a manifestação das galerias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nobre Deputado, o Regimento não sou eu, é o Regimento que V. Ex.^a mesmo votou.

O SR. ALCEU COLLARES — Não votei esse Regimento. Coincidemente, quando votaram esse Regimento eu não estava nessa sessão. (Palmas.)

Esse Regimento foi votado por V. Ex.^a e pelo PDS, porque o que tem de ruim aqui foi votado pelo partido do Governo. E o que tem deixado de se fazer de bom, tem sido em consequência da ausência do partido do Governo.

Quantos momentos memoráveis o Congresso Nacional poderia ter vivido, não fosse a subserviência a que foi submetida a grande maioria ou o grande número daqueles que integram o partido do Governo.

Essa expressão, esta frase da Liderança do PDS, do Sr. Cândido Sampaio, dizendo que ainda não é hora de Brasília votar. Será que há hora para o voto? Será que há hora para a prática da democracia? Será que tem hora para a manifestação da vontade do cidadão? Agora, pergunta-se: com que legitimidade? Com que sustentação moral pode o Líder do Governo, que a maior parte das vezes tem-se escondido no biombo da falta de quorum para permitir a aprovação, por decurso de prazo, de determinados projetos? Que se tem escondido na ausência do plenário para votar, por que então o PDS, seguindo a orientação do seu Líder aqui não está para votar contra a representação política de Brasília? Não! Preferem a ausência, preferem esconder-se, preferem desaparecer, preferem não encarar a comunidade de Brasília nos olhos, para que amanhã ou depois, ninguém saiba quem foi, do PDS, que deixou de estar presente para votar.

Sr. Presidente, há um argumento muito fácil para tudo isso. Vejam bem, Srs. Congressistas: enquanto o Governo anuncia a transformação de alguns territórios em Estados, alguns territórios com 150, 200 mil habitantes, talvez até sem condições dessa transformação, mas que se anuncia um expediente escuso, como tantos outros, como os bônicos, que foram votados para envergonhar o Congresso Nacional, assim também fala-se que vão transformar alguns territórios em Estados. Para permitir o quê? Para permitir que sejam eleitos alguns aventureiros da República, que chegando a esses Estados novos, para os quais já se anuncia que

não será necessário o domicílio eleitoral, e esses aventureiros, quem sabe os Delfins, quem sabe os Andreazzas, quem sabe os Robertos Campos, quem sabe os Saids Farhat, venham travestidos de representantes do povo dos territórios. Para quê? Para bem representar aquelas comunidades? Não! Apenas para aumentar o colégio eleitoral, que há, segundo eles, de garantir a eleição de mais um Presidente do regime autoritário.

Enquanto eles querem transformar territórios em Estados, com esse expediente moral e indigno, eles proíbem a manifestação popular de um milhão e trezentos mil brasileiros que escohem a capital da República para ajudar a construir a riqueza do País e para movimentar a máquina administrativa da Nação.

Como eles não querem deixar, Srs. Congressistas, a galeria aplaudir, vamos nós aplaudir em nome da galeria. Vamos nos manifestar em nome dos que não podem falar. Vamos nos manifestar em nome dos que não têm vez e, no caso, dos que não têm nem voto. Pois o território com cento e cinqüenta mil habitantes, com setenta e poucos mil eleitores, vai ter oportunidade de ter representação política na Câmara e no Senado, mas Brasília estará condenada à anistia política — o Governo não a dará para Brasília. Mas não dará porque tem medo da boca da urna. Não dará porque tem medo do voto. Não dará porque aqui tem homens confiantes que sabem que, na hora do voto, 80% vai repudiar o regime autoritário.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, são várias as emendas que já tramitaram. Essa luta não é de hoje; ela vem de longe e ela não acaba hoje, Sr. Presidente. Inicia, agora, uma outra fase dessa luta, desse movimento, dessa mobilização que há de sensibilizar e há de empregar a Nação toda, que há de gritar num clamor só em defesa dos homens e das mulheres que moram em Brasília, e que não podem votar porque o Governo tem medo do voto. O Governo recusa-se ao enfrentamento com a cidadania. O Governo tem medo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, da realização democrática de todo o processo que nos levará à emancipação, não só de Brasília, mas à emancipação econômica, à emancipação social e à emancipação política do povo brasileiro.

Estamos pedindo, Sr. Presidente, anistia para os brasilienses e não terminará, aqui, esta luta. Se porventura essa emenda não for aprovada, por culpa exclusiva do PDS do Sr. Cândido Sampaio, do Sr. Nilo Coelho, dos que integram o PDS e do Governo que, em desejando aprovar, aqui deveriam estar, que não venham com o argumento de que faltaram 10 ou 15 das oposições. Afinal de contas quem tem maioria no Congresso Nacional, maioria com causa, com origem absolutamente duvidosa, mas é maioria, pelo menos em número, porque jamais o foi em qualidade, pelo menos em número, tem um número mais comprido do que aqueles que integram as oposições, pois aqui deveriam estar os homens do PDS se desejasse aprovar a representação política para Brasília.

Na quarta-feira, depois, se porventura, não aprovarem esta emenda, as organizações de Brasília, o Comitê pelo voto, os Partidos de Oposição, estaremos todos reunidos para prosseguir, para continuar essa mobilização a fim de que, no primeiro dia da Sessão Legislativa, no ano eleitoral de 1982, se inicie um movimento, buscando libertar, buscando emancipar a cidade, a Capital da República, o povo de Brasília. Eleições em 1982 para os brasilienses, Sr. Presidente e Srs. Congressistas!

Digo mais; quando os homens de Brasília querem reclamar contra os transportes coletivos, aqui desejam reclamar contra o aumento da tarifa de água, dos impostos, aqui desejam reclamar contra o aumento do custo de vida, dos aluguéis, da prestação dos benefícios do Banco Nacional da Habitação, quando querem reclamar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, contra esse esmagamento dos vencimentos dos servidores públicos e dos salários, eles não têm para quem apelar, porque não tendo representantes públicos, não tendo a representação política, são obrigados a aceitar calados, silenciosos, tristes, melancólicos, numa Capital da República que se nega à concessão ao mínimo do que se exige de um cidadão: o direito de votar e o direito de ser votado.

Pois bem, quando se trata do orçamento do Distrito Federal, aí há um Governador bônico, nomeado, uma Comissão do Distrito Federal no Senado, integrada por Senadores, que não têm, absolutamente, qualquer vínculo com os costumes, com as tradições, com os hábitos daqueles que residem em Taguatinga, no Gama, no Guará I, no Guará II, no Cruzeiro, em Sobradinho e na Ceilândia. Essa gente que está aqui e o PDS e o Governo não sabem o que se passa na alma daqueles que deixaram os respectivos Estados e optaram por morar em Brasília, para ajudar a construir a riqueza do Distrito Federal.

Pois bem, Sr. Presidente, no ano que vem nos encontraremos novamente. Para os fortes, isto aqui é o início de uma batalha, o início de um movimento. No ano que vem iremos apresentar tantas emendas quantas necessárias para estabelecer a representação política para Brasília. Vamos sugerir aos órgãos, aos integrantes das Comissões que representam o comitê pelo voto em

Brasília, um "emendão" estabelecendo a transformação das cidades satélites em municípios, para que possam ter Câmaras de Vereadores, elegendo vereadores e prefeitos, gente que convive com eles e não gente de fora, que não sabe o que está se passando com o coração destas comunidades. Vamos apresentar um emendão estabelecendo todos os níveis de representação política a partir do vereador, do prefeito, do deputado estadual, do deputado federal, do senador e, principalmente, do governador, porque Brasília, não quer mais governador de graça, não quer mais governador bônico, não quer mais governador tirado do bolso do colete do Senhor Presidente da República. Chega de humilhação para um povo que quer se levantar e quer votar, quer realizar o direito mínimo da cidadania que é o de votar e o de ser votado.

Vamos nos encontrar novamente, Sr. Presidente. Espero que, noutras vezes, V. Ex.^a possa suportar os aplausos dos que não podem falar. (Aplausos prolongados, inclusive da galeria.)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Ka'ume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares. S. Ex.^a disporá de 5 minutos.

O SR. ELQUISSON SOARES (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Antes de comentar o parecer que foi exarado pelo ilustre Deputado Djalma Bessa que ocupa, neste instante, a Liderança do Partido do Governo, gostaria de fazer uma ponderação à Mesa, porque neste País parece que tudo foi invertido. Se há, Sr. Presidente, um atentado a 30 mil pessoas, reunidas num salão, como foi o caso do Rio centro, o PDS abafa, e não foi escândalo, não foi terrorismo, não foi coisa alguma; porém, se alguém aplaude uma boa idéia, e um milhão e meio de pessoas estão cobrando, vem o Presidente do Senado e diz que é desrespeito. Tenha paciência, aplaudir a idéia da criação da representação política de Brasília, por acaso, é desrespeito? Não! Desrespeito é não votar. (Palmas das galerias.) Faço a ponderação porque esta Casa, na verdade, é a casa do povo, ou então, a Presidência do Congresso Nacional passa a dar um atestado em contrário. O povo aqui não pode entrar, o povo aqui não pode se manifestar. Eu reafirmo, Sr. Presidente, desrespeito é o Partido do Governo não comparecer aqui para votar a Emenda Alceu Collares, concedendo a representação política de Brasília. (Palmas das galerias.)

Sr. Presidente, em Brasília, sem favor nenhum, estão realmente aqueles brasileiros mais esclarecidos e, mais do que isto, estão aqueles que acompanham diariamente o esfacelamento deste País pela ação governamental. Os brasilienses são testemunhas oculares da má ação governamental; os brasilienses assistem, escandalizados com o que este Governo está fazendo com a riqueza nacional; os brasilienses assistem aos favores, ao paternalismo, corrupção em Brasília, e nada podem fazer porque não têm na verdade, sua representação.

Dizer que o Senado fiscaliza o Distrito Federal, Sr. Presidente, não é correto, porque não fiscaliza. Aliás, o Poder Legislativo não fiscaliza coisa alguma, de governo algum, em parte alguma do Brasil, porque os tribunais, a partir do Tribunal de Contas da União que deveria ser um apêndice deste Poder — porque ele é na letra da lei — em verdade não é aquele Tribunal, de fato, é um apêndice do Executivo, porque o Presidente da República nomeia os Ministros do Tribunal de Contas, seus amigos, que vão fiscalizar as contas dos amigos que estão no Executivo.

A democracia só estará consolidada no Brasil, no dia em que o povo escolher seus representantes em todos os níveis, e principalmente no dia em que o Congresso Nacional puder nomear, também, os Ministros dos Tribunais de Contas, para que eles fiscalizem as ações governamentais.

De tal sorte, Sr. Presidente, que são questões concretas colocadas diariamente à consideração do Congresso Nacional. Não se concede que um governador de Estado, arranque da Bancada Oficial, 20 Deputados que vão passear pelo Japão, que vão passear pelo Oriente Médio, que vão dilapidar recursos públicos, quando eles deveriam estar aqui a decidir as questões nacionais mais importantes como o caso da representação de Brasília.

Sr. Presidente, fazendo coro com aqueles que achavam, desta tribuna, que a luta do Distrito Federal não se encerra agora, nós acreditamos, que outras sessões virão e o povo de Brasília, cada vez mais, virá ao Congresso Nacional, virá dizer ao Congresso Nacional que ele não aceita essa posição de neutralidade que quis atribuir a Brasília o Deputado Djalma Bessa, no seu parecer.

Por que neutralizar um milhão e meio de pessoas, quando lá, no Estado do Acre de S. Ex.^a, lá nas florestas amazônicas, nas pequeninas cidades, onde o povo não tem direito sequer de fazer oposição, porque um soldado de polícia o impede? Por que lá, então o PDS deseja o voto? O PDS deseja o voto das pequenas cidades manipuladas, das pequenas cidades acuadas, das peque-

nas cidades perseguidas, das pequenas cidades onde não é preciso nem o Ministro Abi-Ackel se deslocar para fazer pressão, onde o Ministro Jair Soares não aparece para fazer barganha. Basta, Sr. Presidente, um soldado de polícia na porta do prédio escolar onde se localiza a urna, para o Governo receber a votação total.

Aí V. Ex.^{as} aplaudem. Queremos ver Sr. Presidente, se este Governo tem a coragem de abrir a todo o povo brasileiro o direito de se manifestar nas ruas, porque é na urna que o povo julga o Governo. Quando esse Governo, em verdade, não abre a urna para o povo, é porque ele próprio, o Governo, já antevê para si a condenação. Ele se autocondena, tem medo de ouvir a sentença do povo, porque Sr. Presidente, V. Ex.^a e todos os integrantes do Partido do Governo, ouvirão, no dia em que permitirem ao povo o direito de votar, a mais dolorosa sentença, porque muitos não retornarão a esta Casa, não retornarão pelo voto porque o povo não votará neles. Não voltará bionicamente, porque nós não teremos os governos nomeados e, então, as representações serão autênticas.

Sr. Presidente, vamos em verdade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O tempo de V. Ex.^a já está esgotado, nobre Deputado.

O SR. ELQUISSON SOARES — Vou concluir, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao Congresso Nacional: vamos respeitar a vontade do povo de Brasília, assim como este Governo impõe às pequenas cidades, através do sabre, do cacetete, da corrupção, da tortura, da prisão, de todo o tipo de ameaça a obrigação de votar no Governo.

Vamos, Sr. Presidente, propugnar por um povo livre, vamos, Sr. Presidente, fazer deste País uma democracia, mas vamos fazer na prática — diga isso ao Presidente Figueiredo — porque o Partido dele tem, na verdade, a ousadia de dizer a um povo como o de Brasília, como disse em seu parecer o nobre Deputado Djalma Bessa, "que no mérito a proposta é boa, mas a oportunidade não é essa".

Quando, Sr. Presidente, o povo vai ter oportunidade neste País? (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Partido Popular, que traz no espírito e traz no coração a figura bondosa, a figura realizadora e o espírito deste incomparável brasileiro que foi o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira vem, nesta oportunidade, dar a sua integral solidariedade à institucionalização de Brasília.

Não podemos aceitar nem acreditar no que está acontecendo. Aqui está uma galeria buliçosa e enfeitada para dar a demonstração do desejo fundamental desta gente que aqui habita de procurar, também, como nos outros Estados, como nos outros Territórios, ter a sua representação.

Na discussão deste projeto de emenda constitucional vemos verdadeiros absurdos. O ilustre Deputado baiano, pertencente ao Partido Democrático Social, conclui o seu parecer pela rejeição desta emenda, sob a alegação da manifesta inconveniência aos pressupostos políticos da fundação de Brasília. Não pode haver absurdo maior do que esse e absurdo maior ainda é quando verificarmos a sua justificativa, quando ele diz: "uma experiência de 20 anos tem dado bons frutos, nas grandes agitações e tumultos das várias capitais, nos últimos 20 anos, desde a renúncia do Presidente Jânio Quadros, a revogação do parlamentarismo e de duas intervenções brancas no Congresso, houve plena tranquilidade pública em Brasília, que não é menos populosa senão a mais pacífica e ordeira Capital de todo o País.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, isso me parece, realmente, um absurdo sem precedentes. O representante do Partido Democrático Social, acha que a ordem, a tranquilidade existe porque não temos aqui um Congresso representativo. Será que os outros Estados, ou territórios, por que têm Congresso, têm representação política não vivem debaixo dessa mesma intranquilidade? Será que aqui em Brasília não se sofreu as mesmas desordens, as mesmas violências por que tem passado os outros Estados e as outras capitais. Aqueles que aqui vivem, desde a fundação de Brasília são testemunhas de fatos dolorosos que aqui se passaram, não só nas universidades como nas ruas de Brasília, com os candombos que aqui viviam, e aqui dentro do próprio Congresso Nacional onde sofremos a violentação das nossas atividades, perdendo-se completamente a autoridade e perdendo-se aquele direito que nos dava o povo de defender a nossa gente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, acho que precisamos discutir esse projeto de lei com plena tranquilidade e com plena observação. E podemos perguntar por que não se institucionalizar Brasília? Por que não se estabelecer a vida do Congresso em Bra-

sília? Por que não se dá a este povo que aqui vive o direito de exercer o seu voto elegendo seus representantes? Qual é a justificativa? Qual é o ponto de vista? Por que não se abrir, dentro da Federação Brasileira, uma única exceção, deixando que essa gente de Brasília vote em seus representantes?

Só podem votar agora para Presidente da República. Desde quanto tempo não se tem eleição direta para Presidente da República? E ainda quanto tempo vamos passar sem termos eleições diretas para Presidente da República. Este é um fato fundamental. E, por outro lado, eles que aqui estão em Brasília podem votar nos representantes de outros Estados, quando são eleitores, quando pertencem a outras jurisdições a outros Estados. Se eles vivem em Brasília e podem votar em representantes para outros Estados, por que não podem votar também para Brasília?

Aqui fica, Sr. Presidente, com a nossa serenidade e com a nossa tranqüilidade o apelo para que se possa, na realidade, dar um voto positivo para que Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Informo a V. Ex.^a que seu tempo está esgotado, nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES — Vou terminar, Sr. Presidente.

Para que Brasília tenha a sua representação que essa gente, com o mesmo entusiasmo que aqui está nesta galeria possa correr às ruas, possa correr às cidades-satélites e levar os nomes daqueles que queiram defender os seus direitos e daqueles que queiram propugnar pela liberdade, pela luta, pelo progresso e pela tranqüilidade do Distrito Federal e do País. (Muito bem! Palmas!)

O Sr. Airton Soares — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Soares, para uma questão de ordem.

O SR. AIRTON SOARES (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Consulto V. Ex.^a, Sr. Presidente, se há alguma determinação da Mesa para que a imprensa não faça cobertura jornalística nas galerias, porque tem havido e está havendo dificuldades para o exercício profissional de alguns jornalistas na galeria, em função da segurança que não possibilita entrevistar as personalidades e o povo que está aí presente.

Indago, Sr. Presidente, se há alguma determinação de V. Ex.^a que esteja a proibir a ação profissional da imprensa nas galerias. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Presidência não tomou decisão alguma nesse sentido e você tomar providências para que a imprensa tenha toda a liberdade. (Palmas.)

O Sr. Jorge Cury — Peço a palavra, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cury, que falará como Líder.

O SR. JORGE CURY (Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma noite de melancolia nesta Casa, mais uma noite em que o povo comparece e os Deputados desaparecem. (Manifestação das galerias.) Mais uma noite, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, em que estamos vendo, e que assistimos na sessão da tarde votarmos um projeto de interesse interno desta Casa e não tivemos a oportunidade de votar um projeto de interesse nacional, qual seja, aquele que marca as eleições para 15 de novembro.

Tínhamos, contudo, a esperança, eminentes Congressistas, de que pelo menos com a amenidade da noite tivéssemos aqui o encanto e a alegria de entregar ao povo de Brasília a sua Carta de Alforria, livrando-se da escravatura política (manifestação das galerias) a que ele está exposto desde 1960.

Lembro-me que, no verão dos meus anos, quando o País retornava ao estuário democrático instalava-se no Distrito Federal uma Câmara de Vereadores para policiar o seu prefeito que, inobstante nomeado pelo Presidente da República, tinha que prestar contas àqueles que eram legitimamente eleitos pelo povo.

Brasília, depois de 20 anos de vivência, é uma geração inteira, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que clama pelo direito de participar da vida política do País; são jovens que constroem a sabedoria e a inteligência de um povo; é uma juventude que constrói a cultura de uma Pátria, que constrói a cultura da Capital da República; e, paradoxalmente, eles não têm nem direito a voto.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi dito, nesta tribuna, pelo ilustre autor da proposição, o nobre Deputado Alceu Collares, que a luta continuará. E ela vai continuar (palmas), porque nós estaremos ao lado de S. Ex.^a, nesta Casa e na rua, no sentido da mobilização popular, para fazer com que este Congresso cumpra com o seu dever.

Poucos são os Senadores da República que aqui estão, eleitos pelo povo, que têm obrigação com o povo, que têm que prestar

contas ao povo e que, numa hora magna como esta, viram as suas costas ao povo.

Então, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vimos a esta tribuna para marcar a posição do Partido Trabalhista Brasileiro, na qualidade de seu Líder nesta Casa, para dizer ao Governo que a nossa luta vai continuar, que o povo, quando quer, ele conquista. Hoje, há um slogan que está sendo usado em todas as vielas desta Nação. É um slogan que canta aos nossos ouvidos, como o próprio Hino Nacional: "O povo unido jamais será vencido." (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa, que falará como Líder.

O SR. DJALMA BESSA (Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, eu não desejava falar. Entretanto, ouvi tantas acusações à minha Bancada e ouvi tantas declarações que colocam mal o Congressista perante o povo que nos ouve, que me vi obrigado a assomar à tribuna para colocar os pontos nos ii.

A Bancada da Minoria tem mais de 200 Deputados e mais de 30 Senadores. Quantos Deputados da Oposição estão na Casa, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? Quantos estão? Cerca de 40. E onde estão os outros 160 Deputados da Minoria? Estão contra a emenda; não compareceram para dar o seu voto e o seu apoio. Por que, pois, acusar a Maioria, acusar a Bancada do Governo, se a própria Bancada da Oposição não dá o exemplo, não comparece? A chamada processar-se-á dentro de pouco tempo. Estamos sendo vistos e ouvidos. Então, depois da chamada, o povo há de nos julgar e verificar se tenho razão ou se são os ilustres representantes da Minoria. Vamos verificar se os 200 Deputados da Minoria responderão à chamada. Sei que responderão cerca de 40 ou 50, portanto um quarto de toda a Bancada da Oposição. (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campanha) — As galerias não podem se manifestar. Mais uma vez faço um apelo às galerias para que se mantenham silenciosas.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, há quem tem olhos e não pretende ver e quem tem ouvidos e não pretende escutar. Não estou exagerando, estou enfrentando uma realidade. Quem sabe contar, e só contar. A Bancada da Minoria é constituída de mais de 200 Deputados. Então, vamos ouvir os 200 Deputados da Minoria responderem à chamada. Este fato traduz e revela o desinteresse, o descaso, o indiferentismo e mesmo a contrariedade da Oposição à proposta de emenda.

Apresentar-se uma proposta de emenda não constitui qualquer problema. É fácil apresentar a proposta; a dificuldade consiste em aprová-la. Então, que fazem os ilustres representantes da Minoria? Apresentam a emenda; na hora da aprovação, a sua Bancada não dá respaldo, e partem para acusar a Bancada do Governo.

Há representantes do PDS, na Casa, que me declararam que vão votar a favor da emenda à Constituição Federal. Então, eles estão ajudando a Minoria.

Eu sustento o meu parecer e citaria um fato: se V. Ex.^{as} que não entraram no mérito, querem que eu entre, eu entrarei. E lembro a V. Ex.^a que Brasília não é um exemplo único no País, como sede do Governo Federal, como Distrito Federal, a não ensejar a votação dos seus habitantes. Se V. Ex.^{as} querem, eu lembro que, nos Estados Unidos, o Distrito de Colúmbia, em Washington, não vota.

O Sr. João Herculino — Agora, vota! Agora, vota!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nobres Deputados, V. Ex.^{as} só poderão apartear com permissão do orador. É um apelo que faço a meus nobres colegas.

O SR. DJALMA BESSA — Quero, pois, dentro de poucos instantes, verificar quem está com a verdade. A Minoria alega que está aqui com todos os seus membros. Adianto que 2/3 não compareceram a esta reunião, de maneira que, Sr. Presidente, quando o ilustre Líder da Maioria, Deputado Cantídio Sampaio, declarou que ainda desta vez Brasília não teria a representação, haveria vários motivos, inclusive este, o de constatar, como um político experimentado, que o interesse da Oposição na aprovação desta proposta de emenda à Constituição é muito débil, n'ito precário e muito frágil.

Ora, Sr. Presidente, quem conhece a atividade parlamentar, sabe perfeitamente que quanto mais o Deputado fala, mais toma tempo, e mais o número dos Srs. Deputados vai diminuindo, de modo que nem esse cuidado, nem essa cautela os ilustres membros da Minoria tiveram. Eles se derramaram em considerações e durante o discurso, que eu ouvi atentamente, vários Deputados da Oposição se retiraram do Plenário. Então, os 60 ou 70 Deputados iniciais estão agora reduzidos a 50, e se eu ocupasse todos os 20 minutos de que disponho, reduziria ainda mais esse número.

Sr. Presidente, a minha observação é para que o povo não seja enganado e verifique a chamada e constate o número de Deputados da Minoría e compare com o número de Deputados da Maioria...

O Sr. João Herculino — V. Ex.^a permite?

O SR. DJALMA BESSA — ... que responderão à chamada.

Sr. Presidente, acho que é preciso respeito, porque esta Casa não é valhacouto de agitadores...

O Sr. João Herculino — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a vai-me permitir que acentue que partamos para uma análise mais objetiva, sem paixões, sem exageros, sem procurar iludir. O que é Brasília? É o Distrito Federal, é a sede do Poder Central...

O Sr. João Herculino — Nobre Deputado...

O SR. DJALMA BESSA — Eu não dei o aparte a V. Ex.^a!

O Sr. João Herculino — Não! Eu pensei! Eu queria apenas aplaudir V. Ex.^a (Aplausos da galeria.)

O SR. DJALMA BESSA — A televisão está perdendo um grande artista. Portanto, Sr. Presidente, Brasília é, portanto, uma Unidade da Federação diferente. Brasília não é um Estado; também não é um Território. Tem, portanto, o privilégio de ser sede do Poder Executivo, sede do Poder Legislativo, sede do Poder Judiciário. Então, dada a essa circunstância, havemos de convir que Brasília tem, como nenhuma outra localidade do País, uma assistência muito especial. E é fácil constatar e é fácil verificar para quem viaja por esse Brasil afora. Há de se convir também que Brasília tem o seu Poder Legislativo que é o Senado Federal e se pretendessemos examinar as propostas de emendas, chegariamos à seguinte conclusão. Atentem-se que se quer para Brasília uma Assembléia Legislativa; quer-se para Brasília uma representação na Câmara dos Deputados, uma representação no Senado Federal e faltou a representação local, faltou a representação dos Vereadores na Câmara Municipal. (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campanha.) — Se continuar o tumulto, suspendo a sessão. Fiquem cientes os Srs. Líderes de que vou suspender a sessão, se continuar o tumulto.

Mais uma vez, apelo às galerias para que se mantenham tolerantes, silenciosas, ouvindo os debates.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, vamos verificar a verdade, se a Oposição está presente com todos os seus membros. Devo, também, ainda uma vez, confirmar a S. Ex.^a que o Distrito de Colúmbia, no Estado de Washington, e o Distrito Federal nos Estados Unidos e, lá....

O Sr. João Herculino — Se vota.

O SR. DJALMA BESSA — ... a sua população não vota.

O Sr. João Herculino — Atualmente vota.

O SR. DJALMA BESSA — É fácil verificar: se a doura Oposição não tem acanhamento em nos dizer, a nós que estamos aqui presente, que a sua Bancada está por inteiro, neste plenário, quanto mais essa observação que depende de uma pesquisa histórica.

O Sr. Edison Lobão — V. Ex.^a me permite? Deputado Djalma Bessa, pedi um aparte a V. Ex.^a para dizer que...

O SR. DJALMA BESSA — Isso não está no Regimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O nobre Deputado Djalma Bessa pediu a palavra como Líder.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Deputado, pedi o aparte a V. Ex.^a para declarar que sou favorável às eleições de Brasília, mas a Oposição não quer que eu diga isto. Eu, que sou do PDS, voto a favor das eleições. Mas a Oposição não quer que eu diga isto aqui. Está me impedindo de declará-lo. Agora, V. Ex.^a tem razão, quando diz que a Oposição não compareceu em massa, como compareceu na votação da sublegenda, quando não faltou um só Deputado da Oposição, não faltou um só Deputado. Hoje, vamos contar para ver quantos Deputados da Oposição estão aqui. Vou fiscalizar, para saber quantos da Oposição faltaram. Sou do PDS e voto a favor. Mas, V. Ex.^a tem razão: se a Oposição aqui comparecesse para votar maciçamente a favor do projeto, quem sabe ele seria aprovado. Os jornais declaram todos os dias que o PDS não tem mais maioria. Onde está a maioria da Oposição? Por que a maioria da Oposição não vem aqui votar o projeto? Eu próprio tenho um projeto a favor de eleições aqui, no Distrito Federal. A Oposição não quer me ouvir. A Oposição se incomoda, quando não tem razão. Ela gosta de sofismar; gosta de falar sobre aquilo que não pratica; ela reclama a presença do PDS, mas a Oposição não comparece também. Esta é a oitava

vez que se vota aqui um projeto dessa natureza e a Oposição também não comparece. Como é que a Oposição compareceu para votar a sublegenda? Porque a Oposição tinha interesse. A Oposição não me deixa falar. Não quer que eu diga que sou a favor da eleição. A Oposição não gosta disso, não gosta da verdade. Mas, é o que está acontecendo. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a tem toda a razão...

O Sr. João Herculino — Gosto de ver é a autoridade do PDS, com três Deputados, falar em número da Oposição.

O SR. DJALMA BESSA — ... e vou fazer justiça a V. Ex.^a, Deputado João Herculino. V. Ex.^a, no dia da discussão do projeto, era o único Deputado que estava aqui presente. V. Ex.^a de um lado e eu do outro.

O Sr. João Herculino — Eu representava a todos e não era hora da votação.

O SR. DJALMA BESSA — Numa demonstração que o desinteresse, que o indiferentismo já vinha de muito tempo. A proposta de emenda foi apresentada para ter publicidade e nada mais, porque, sendo Minoría, tendo toda a Bancada da Oposição aqui, era bem viável, bem possível que essa proposta de emenda fosse aprovada, porque, então, não seriam três ou quatro nossos que iriam votar a favor, seriam vários Deputados da Bancada da Situação.

Por isso, Sr Presidente, utilizei a palavra como Líder, porque já outros oradores o fizeram...

O Sr. Elquissón Soares — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DJALMA BESSA — Eu quero concluir. Vou concluir e V. Ex.^a não quer deixar que eu conclua...

O Sr. Elquissón Soares — Só para um esclarecimento a V. Ex.^a

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a vai me permitir que conclua. V. Ex.^a encaminhou a votação, falou por cinco minutos, de maneira...

O Sr. Elquissón Soares — Eu só queria dar uma informação. É que o Deputado Edison Lobão diz que ele próprio tem um projeto, autorizando Brasília a votar. É verdade, mas autorizando os eleitores de Brasília a votarem nos candidatos dos outros Estados. Para votar aqui não.

O SR. DJALMA BESSA — O Deputado Edison Lobão falou, foi claro, explícito e vai, num aparte, esclarecer melhor, se assim V. Ex.^a o permitir.

O Sr. Edison Lobão — Realmente, tenho um projeto nesse sentido. Várias vezes, o Congresso Nacional rejeitou, por falta de quorum, emendas, concedendo autonomia política ao Distrito Federal, várias vezes. Pois bem, como o Congresso, em razão da ausência de Deputados do PDS e da Oposição, não conseguiu ainda votar esse projeto, apresentei um projeto intermediário, concedendo ao eleitor de Brasília o direito de votar. Muito bem. Mas, se o que queremos é que o eleitor vote, o meu projeto é bom. Mas, se o que queremos é que as pessoas sejam votadas, ai, o projeto não serve. Estou pensando no eleitor e não no candidato. Agora, voto hoje o projeto do Deputado Alceu Collares. Estou disposto a votar. Mas, até que o Congresso decida aprovar esse tipo de projeto, é que apresentei um outro. Mas, a Oposição não gosta de ouvir, a Oposição democrática continua não gostando de ouvir. Ela só gosta de falar.

O Sr. Alceu Collares — V. Ex.^a me permite um aparte? Só um segundo.

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a vai me permitir, ainda, um esclarecimento.

O Sr. Alceu Collares — Eu levo uma má impressão de V. Ex.^a se não me conceder o aparte. Só uma palavrinha.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, preciso concluir o meu discurso.

O Sr. Alceu Collares — Só uma palavrinha, nobre Deputado. Para dizer a V. Ex.^a que o que o Deputado Edison Lobão quer é os votos brasilienses.

O Sr. Pimenta da Veiga — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a vai permitir que eu conclua. Há, também, Sr. Presidente...

O Sr. Pimenta da Veiga — V. Ex.^a não vai me conceder o aparte?

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a pode falar, mas não tem por que falar no meu discurso.

O Sr. Pimenta da Veiga — O que quero saber é se V. Ex.^a vai me conceder o aparte. O que eu quero é apartear V. Ex.^a

O SR. DJALMA BESSA — V. Ex.^a vai aguardar que eu me pronuncie.

O Sr. Alceu Collares — Já está esgotado o seu tempo.

O SR. DJALMA BESSA — Não é preciso essa exaltação, Excelência. V. Ex.^a falou sozinho, e já que o nobre Deputado Alceu Collares está tão alterado, por que não veio discutir no dia da discussão do projeto? Porque não tinha plenário, não tinha galeria. Porque quando a galeria chega, desfilam oradores, e quando não tem povo, ninguém fala. Na discussão do projeto, apenas o Deputado João Herculino ocupou a tribuna, fora disso ninguém falou.

De maneira que, Sr. Presidente, vamos verificar a verdade pura e límpida. Não temos por que pretender enganar quem quer que seja. O PDS, por alguns dos seus membros, vai votar a favor no exercício da Liderança.

A Sra. Cristina Tavares — Sabe por que, nobre Deputado Djalma Bessa? É porque nós não somos como o General Figueiredo que tem medo de cheiro de povo.

O Sr. Djalma Bessa — Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Senador Lázaro Barboza.

V. Ex.^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LÁZARO BARBOZA (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Serei breve, Sr. Presidente.

Quero apenas, com a minha experiência de Senador pelo Estado de Goiás, de membro da Comissão do Distrito Federal, no Senado, e de ex-Presidente da Comissão do Distrito Federal, dizer que, absolutamente, não procedem os argumentos do eminente Deputado que há pouco falou pela Liderança do Governo. O povo de Brasília se inscreve como eleitor para nada, Sr. Presidente, e o Senado, através da Comissão do Distrito Federal — é a grande verdade — não tem condições de acompanhar, de par com as responsabilidades que os Senadores detêm, de representantes dos Estados, de saber como andam os problemas de Brasília.

Disse o nobre Líder do Governo que Brasília era um jardim de rosas. Mas é porque S. Ex.^a não anda aí, pelas cidades satélites, para verificar a falta de água, a falta de galerias pluviais, o mau funcionamento da saúde pública, dos transportes, e os inúmeros problemas que afligem a comunidade do Distrito Federal.

O povo de Brasília precisa, efetivamente, conquistar o direito de eleger os seus representantes, para uma assembléia legislativa que seja a voz do povo, desse povo sem voz e sem representação política, que é o povo de Brasília. (Palmas.) Precisa também ter a sua representação no Congresso Nacional, sob pena de continuar ad eternum na situação de povo que, sem representação política, não tenha, efetivamente, no foro competente, quem defenda os seus interesses mais legítimos.

Aqui estou, Sr. Presidente, como também estão os meus colegas no Senado da República, para dar o nosso voto a favor dessa emenda constitucional que vai corrigir a grave injustiça que, historicamente, tem sido imposta ao povo de Brasília. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação a proposta. A votação começará pela Câmara dos Deputados. A chamada será feita de Sul para Norte, votando os Líderes em primeiro lugar.

Solicito o comparecimento dos Srs. Deputados Jackson Barreto e Furtado Leite a fim de procederem à chamada.

O Sr. Manoel Novaes — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Novaes, para uma questão de ordem.

O SR. MANOEL NOVAES (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria, em favor da boa ordem dos trabalhos, fazer um pedido a V. Ex.^a, para que advirta os Deputados e Senadores do PDS que se encontram escondidos nos seus gabinetes à espera de que não haja número para que, então, acorram aqui rapidamente e apareçam como votantes favoráveis, para que eles venham agora, ao plenário, para que o povo de Brasília, de uma vez, compreenda com quem está tratando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Informo ao estimado Líder que isso não é missão da Presidência, mas das Lideranças, não compete à Mesa. A Mesa convocou no início.

O SR. MANOEL NOVAES — Então, V. Ex.^a poderia recomendar à Liderança do PDS...

O Sr. Djalma Bessa — Sr. Presidente, pela ordem. Pediria que fossem chamados os Srs. Senadores e Deputados da Oposição, que estão nos seus gabinetes e que não vieram votar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Vai-se proceder à chamada dos Srs. Deputados.

Procede-se à chamada.

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral, para uma questão de ordem.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente:

Temos, aqui, um painel que deve ter custado milhões de cruzeiros para o Congresso Nacional, e parece-me que há uma certa falta de prática; parece que há uma proposital falta de prática nesta chamada. Vamos sair amanhã cedo, daqui. É estranho que esse painel não esteja funcionando, porque todas as manhãs ele está iluminado; ele não poderia ser iluminado agora e todos votarem, ou esse painel simplesmente foi construído para não ser usado?

É uma questão de ordem sobre o processo de votação que levanto a V. Ex.^a, Presidente do Congresso Nacional, neste instante. Não foi V. Ex.^a, logicamente, o responsável por esse painel.

Pergunto se, realmente, esta Casa não tem presente a Câmara para colocar esse painel em funcionamento?

É a pergunta que faço a V. Ex.^a, para que não haja um processo de votação assim tão tumultuado. Respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Respeitosamente, vou responder a V. Ex.^a

Sabe V. Ex.^a e toda a Casa que esse painel nunca funcionou. Portanto, a questão de ordem foi impertinente. Mas, noutra oportunidade V. Ex.^a terá a resposta definitiva.

A Sra. Cristina Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares, para uma questão de ordem.

A SRA. CRISTINA TAVARES (Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente:

A Segurança da Casa está impedindo a entrada de pessoas nas galerias quando há lugar nas mesmas. Pediria a V. Ex.^a, como Presidente deste Congresso, que dissesse à Segurança desta Casa que não exorbitasse a sua função, que é manter a ordem e não censurar o povo a vir aqui, às galerias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nobre Deputada, a Mesa já tomou as providências. Continua a votação.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Permitindo ou proibindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Mesa está tomando as providências necessárias. Não proibimos a entrada de qualquer pessoa nas galerias.

(Continua a chamada.)

O SR. FURTADO LEITE (1º-Secretário) — Sr. Presidente, como 1º-Secretário, não tenho condições de fazer a chamada. Estou fazendo um trabalho com a maior seriedade, sei da alta responsabilidade que tenho, e Deputados estão respondendo por colegas que não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campainha.) — Peço aos nobres Congressistas evitar tumulto, e que se mantenham silenciosos.

(Continua a chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campainha.) — Se continuar o tumulto, suspenderei a sessão.

Um Sr. Parlamentar — V. Ex.^a não pode suspender a sessão, se já foi iniciada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Posso sim, o que não posso é admitir desrespeito à Mesa, nem ao Plenário. (Tumulto.)

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20 horas e 50 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Estão reabertos nossos trabalhos e, mais uma vez, faço um apelo aos presentes no sentido de se manterem silenciosos, com a educação que os caracteriza, para prosseguirmos nossos trabalhos.

Temos o maior interesse em ouvir e ver o resultado desta sessão.

Este é o apelo que faço, de brasileiro a brasileiro.

Solicito ao nobre Deputado Furtado Leite que dê prosseguimento à chamada.

(Prossegue a chamada.)

(Tumulto nas galerias.)

O Sr. Walter Silva — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Referente à votação?

O SR. WALTER SILVA — Exatamente, Sr. Presidente. Regimentalmente, V. Ex.^a não pode suspender a votação, no curso dela, sob pena de viciá-la. Assim, peço a V. Ex.^a que aplique o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Estou perfeitamente dentro do Regimento. No momento do tumulto, as galerias estavam votando pelos Srs. Congressistas e nós não podemos admitir isso.

O SR. WALTER SILVA — Mas V. Ex.^a não pode interromper a votação. V. Ex.^a suspendeu a sessão e isso não é possível, Sr. Presidente, pois a votação passa a ser viciada.

(Continua a chamada.)

O Sr. Elquisson Soares — Pela ordem, Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Não permito mais que falem, pois estamos prosseguindo a chamada para a votação.

O Sr. Elquisson Soares — É para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Estou querendo, inclusive, acudir a V. Ex.^a porque na Presidência dos trabalhos, V. Ex.^a não pode evidentemente dispensar a colaboração dos Congressistas, no sentido de preservar a Casa.

V. Ex.^a suspendeu a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Mas já a reabri.

O Sr. Elquisson Soares — Ao suspender a sessão, encerrou-a, portanto, V. Ex.^a fez com que grande parte dos parlamentares se retratassem, e foi o Deputado Djalma Bessa que pediu a V. Ex.^a que não fizesse a suspensão. Mas a sessão já estava encerrada e V. Ex.^a assumiu essa posição. A esta altura, não podemos fazer retornar os parlamentares que, dos seus gabinetes, foram para casa. De sorte que V. Ex.^a não pode abrir outra sessão esta noite.

(Continua a chamada.)

O Sr. Audálio Dantas — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. AUDÁLIO DANTAS (Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente, neste momento se verifica que a atitude da Mesa, suspendingo a sessão e, ao mesmo tempo em que se colocam questões de ordem, continua a ser feita a chamada como se a sessão não houvesse sido suspensa, eu entendo, Sr. Presidente, que o Regimento está sendo rasgado neste momento. Nós precisamos que se restabeleça a ordem que a Mesa não está conseguindo manter.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Continua a chamada, Sr. Deputado.

O SR. AUDÁLIO DANTAS — V. Ex.^a não responde a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume). Fazendo soar a campainha.) — Vou suspender a sessão por 20 minutos.

(Suspensa às 21 horas e 4 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 24 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Prossegue a chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Odacir Klein, Líder do PMDB
Thales Ramalho, Líder do PP
Alceu Collares, Líder do PDT
Airton Soares, Líder do PT
Jorge Cury, Líder do PTB

Mato Grosso

Bento Lobo — PP.

Mato Grosso do Sul

João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP.

Paraná

Álvaro Dias — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Aroldo Moletta — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Lúcio Cioni — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nilvaldo Kruger — PMDB.

Santa Catarina

Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Fagundes — PMDB; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lídovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Rosa Flores — PMDB; Waldir Walter — PMDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB.

RESponde à CHAMADA E VOTA "NÃO" O SR. DEPUTADO:

Djalma Bessa, Líder do PDS.

O Sr. Odacir Klein — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós participávamos, na sessão do Congresso Nacional, de uma votação a respeito da representação política do Distrito Federal; uma votação a respeito do direito de votar e ser votado, de um povo que tem o título eleitoral apenas como documento de identidade.

É muito natural, Sr. Presidente, que numa votação dessa natureza, houvesse manifestação da galeria.

Diante das manifestações, V. Ex.^a, inicialmente, suspendeu a sessão e a maneira como a suspendeu, sem determinar prazo para a suspensão, deu à maioria dos parlamentares presentes, aqui, para a votação, a impressão exata de que V. Ex.^a encerrava a sessão. Porque V. Ex.^a — isso as notas taquigráficas registram — disse: "Está suspensa a sessão!" E suspensa a sessão, sem uma marcação de prazo, deu aos parlamentares presentes a impressão de que V. Ex.^a encerrava a sessão. Posteriormente, V. Ex.^a reabriu a sessão e muitos parlamentares dos que aqui estavam entenderam que, com a sessão encerrada, não havia por que permanecer no plenário.

A Sessão foi reaberta por V. Ex.^a e as questões de ordem foram levantadas aqui no estrito cumprimento do Regimento Comum, porque é regimental que durante uma votação se possa pedir a palavra para levantar questão de ordem. O nobre Deputado Walter Silva, representando a Liderança do PMDB, estava neste microfone aqui para levantar a questão de ordem a respeito do processo de votação, inclusive para protestar contra aquela suspensão, que era um encerramento, ou contra aquele encerramento, que era uma suspensão, e a Mesa não concedia a palavra para uma questão de ordem a respeito do processo de votação.

Diante da forma como estava sendo conduzida a questão e como nós não queremos concorrer para denegrir a imagem do Congresso Nacional, e acho que demos demonstração disso em poucos episódios há poucos dias, no episódio memorável, aqui, quando derrotamos a sublegenda e em outro episódio em que, dando a dimensão exata da maneira como encaramos o Congresso Nacional e para valorizá-lo, aceitamos um acordo com o PDS a respeito da Lei da Previdência Social, quando para nós, eleitoralmente, teria sido muito mais cômodo deixar o projeto passar por decurso de prazo e deixar o PDS e o Governo desgastarem-se. Pensamos, no entanto, na imagem da instituição parlamentar. Pensamos que o decurso de prazo não favoreceria o Congresso Nacional e, diante disso, resolvemos aceitar naquela ocasião, inclusive, aceitar um acordo salvando os interesses de aposentados, salvando a imagem do Congresso, mas um acordo, Sr. Presidente, que talvez, eleitoralmente, não fosse de nosso interesse. Parece-me que, na ocasião, demos uma demonstração da forma como pretendemos agir nesses episódios parlamentares.

Agora, hoje, diante de sessão encerrada ou suspensa, de reabertura imediata sem que os parlamentares soubessem se a sessão estava encerrada ou suspensa, da negativa da Mesa em conceder a palavra sob uma questão de ordem para votação, não havia como a Oposição continuar em plenário, porque para continuar — já que a Mesa não concedia a palavra para as questões de ordem normais — teria que ocorrer o tumulto em plenário. E com a

Oposição deseja preservar a imagem do Congresso Nacional, os parlamentares da Oposição, por determinação das suas Lideranças, se retiraram e não participarão mais, nesta noite, desta votação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do Sr. Odacir Klein.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. DJALMA BESSA (Para contraditar questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria apenas de dizer que quando V. Ex.^a suspendeu a sessão, fixou o prazo da suspensão da sessão por 20 minutos. Deve estar gravado e registrado pela Taquigrafia. Se houve tumulto, evidentemente não partiu nem da Bancada do PDS, nem de V. Ex.^a; partiu da Bancada representada pelo ilustre Líder Odacir Klein.

V. Ex.^a recomendou que se procedesse à chamada e ela foi feita. Entretanto, como havia de se esperar, poucos deputados da Minoría estavam presente, por isso, entenderam por bem de agitar, de tumultuar a sessão, obrigando V. Ex.^a, evidentemente, a suspender a Sessão, vale dizer, pelo prazo de 20 minutos.

Agora, a chamada já estava terminando, poucos Deputados ainda estavam no plenário para responder à chamada. Os que se retiraram já tinham respondido à chamada, não tinha mais Deputado na Casa para responder à chamada, Sr. Presidente. Então, evidentemente, é uma explicação que não tem sentido.

Se a doura Minoría estivesse completa no plenário, como no caso da sublegenda, é concebível e essa proposta de emenda poderia ser aprovada. Havia alguns Deputados do PDS, em plenário, que me declararam que iriam votar a favor da proposta da emenda constitucional, mas se a Minoría desse o exemplo seria o estímulo para que outros Deputados do PDS comparecessem e votassem a favor das propostas de emendas à Constituição.

Não vejo pois, como a doura Minoría dizer que se retira se já responde à chamada. Poucos, pouquíssimos, é possível, que faltem alguns e menos de dez, responderem. Mas todos os que estavam no plenário responderam e não queriam e não querem que se faça a chamada para se constatar da verdade dos fatos que é a presença dos Srs. Deputados da ilustre Minoría. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Eu gostaria de responder à questão de ordem do nobre Líder do PMDB, o ilustre Deputado Odacir Klein.

Primeiro quero louvar o zelo de S. Ex.^a: devo esclarecer, também, que não cancelei a sessão, apenas a suspendi em consequência do tumulto das galerias e do próprio Plenário, que não permitiu que a chamada fosse feita normalmente, dentro do respeito que o Congresso exige é o nosso Regimento também. Foi por esta razão que suspendi os trabalhos, por alguns instantes. Se os Líderes se ausentaram foi porque quiseram, fizeram-no espontaneamente.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — V. Ex.^a tem a palavra, Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há longos anos tenho a honra de pertencer ao Congresso Nacional, mas quero dizer a V. Ex.^a que nunca presenciei um tumulto igual ao que hoje se verificou. Esse tumulto teve consequências várias, e também teve seu início montado em vários fatos.

Nas primeiras manifestações verificadas nesta Casa, V. Ex.^a com seu espírito de conciliação ou querendo bem desempenhar seu mandato, ameaçou evacuar as galerias. Passou-se o fato e, daqui a dois minutos, V. Ex.^a novamente ameaçou evacuar as galerias. Isto se repetiu várias vezes. Com a falta de uma providência da Comissão Executiva da Casa, o tumulto foi crescendo. O tumulto foi crescendo porque se perdeu completamente o comando dos trabalhos. Perdoe-me V. Ex.^a dizer isto, mas é a verdade pura que aí está.

Com o crescimento desses tumultos, como bem disse o Líder do PMDB, V. Ex.^a não determinou se essa suspensão de sessão seria por 5 minutos, por 1 hora ou por uma semana. V. Ex.^a não determinou o prazo para essa suspensão.

Apesar disto, depois de conveniências, não sei quais, V. Ex.^a reabre a sessão, e manda fazer uma chamada, chamada que V. Ex.^a e a Comissão Executiva reconhecem como viciada. Viciada

porque o próprio Secretário, várias vezes, exclamou que não poderia tomar os votos porque se respondia, das galerias e se respondia do plenário, a votação dessa ou daquela pessoa.

Como pode ser válido esse número que aí está, nessa votação, se ele mesmo confessa que os votos foram dados por terceiros pessoas. V. Ex.^a não teve autoridade para chamar à ordem os trabalhos, não teve autoridade para colocar a votação e a apuração daí que estava fazendo dentro das normas mínimas, para o funcionamento deste Congresso.

Quero dizer a V. Ex.^a, nesta hora, que é com muito pesar que aqui estou falando. Mas não é possível que V. Ex.^a queira continuar essa votação que aí está, V. Ex.^a e toda a Mesa sabem que ela não representa a expressão da verdade. Todos aqui presentes sabem que essa votação foi tumultuada e esse número que está aí, sendo contado pelo nobre Secretário, não representa a expressão da verdade.

Peco a V. Ex.^a que, com consciência, em defesa do próprio nome do Congresso Nacional, em defesa do próprio exercício do mandato de Deputado ou de Senador, não complete essa farsa que se está fazendo, em defesa do bom nome da Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Desejo responder a questão de ordem.

Em que pese meu respeito por V. Ex.^a devo dizer que não aceito essa observação, mesmo porque não pedi para esvaziar as galerias, apenas suspendi a sessão por tempo indeterminado, para que voltasse a paz, a calma a este Plenário. No momento que acho prudente, que a paz reinou, os trabalhos foram reiniciados. Quando senti que o tumulto retornou, em consequência das galerias e do próprio Plenário, suspendi novamente a sessão por vinte minutos. Percebendo, agora, que não há **quorum**, e baseado no art. 29 do nosso Regimento, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 21, de 1981-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982, nas partes referentes ao Ministério das Minas e Energia, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Reserva de Contingência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL NA SESSÃO DE 11-11-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO O ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos trazendo hoje uma denúncia, que precisa ser apurada com o máximo rigor pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, no que tange à fiscalização exercida no Estado de Mato Grosso do Sul pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, através do Instituto de Preservação e Controle Ambiental, INAMB, que está sob a responsabilidade do Tenente-Coronel da Aeronáutica R-1, Colaço Sotovia.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os grandes atravessadores no mercado de peixe do Estado de São Paulo, o meu Estado, praticamente dominaram o INAMB, órgão de preservação ambiental que mantém um convênio com a SUDEPE, e estão ocorrendo, em detrimento dos pequenos pescadores artesanais de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, em Corumbá, nas barrancas do Rio Paranaíba, acontecimentos gravíssimos, tais como intervenção da fiscalização do INAMB, de forma indevida, nos frigoríficos das cooperativas de pescadores artesanais, apreendendo dolosamente o pescado daqueles artesanais, depois de caracterizar, também de forma indevida, transgressões às normas de pesca. Ao mesmo tempo, as carretas, e até veículos que transportam sorvetes para o Estado de Mato Grosso do Sul, voltam para São Paulo carregados com o peixe pescado indevidamente.

Falo não como Deputado eleito por São Paulo, mas como brasileiro que não pode continuar assistindo a possíveis atos de corrupção e, agora, um ato de prepotência que trará o esmagamento dos pequenos pescadores artesanais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, pois esse Coronel R-1 da Aeronáutica, Colaço Sotovia, realmente mantém os atravessadores à vontade, livres da atuação do órgão pelo qual é responsável. O Governo Federal, pela SUDEPE, tem de denunciar imediatamente esse convênio com Mato Grosso do Sul, porque o INAMB, que se destinava a preservar o Pantanal de Mato Grosso, evitar a pesca predatória, preservar a fauna e, logicamente, impedir os atentados contra a natureza, é hoje um foco de corrupção que precisa ser investigado. E digo isso afian-

çando que, como homem ligado aos setores da pesca, maiores interesses teria em deixar que os paulistas maus brasileiros, atuantes no comércio do pescado, continuassem na sua função deletéria, mas, como Deputado Federal, não posso permitir que isso aconteça.

Aqui fica o meu registro, pedindo a intervenção das autoridades federais, momente do Sr. Superintendente da SUDEPE, para que investiguem juntamente com a Polícia Federal — pois

se trata de delito que invade a esfera de dois Estados, São Paulo e Mato Grosso do Sul — as atividades do INAMB, o órgão fiscalizador do meio ambiente de Mato Grosso do Sul. Cooperativas de pequenos produtores de pescado estão sendo violentamente invadidas para que os atravessadores não tenham concorrência.

Aqui fica a nossa denúncia, Sr. Presidente. Esta página do Diário do Congresso Nacional, será enviada ao Sr. Presidente da República, para que S. Ex.^a, tome conhecimento do fato.